COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 16.5.2007
COM(2007) 247 final

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES

Aplicação da Abordagem Global das Migrações às regiões vizinhas da União Europeia a Leste e a Sudeste

ÍNDICE

1. Introdução 3

2. Países situados nas regiões vizinhas da UE a Leste e a Sudeste 4

2.1. Turquia e Balcãs Ocidentais 5

2.1.1. Actual quadro de diálogo 5

2.1.2. Recomendações 6

2.2. Países parceiros no âmbito da Política Europeia de Vizinhança da Europa Oriental e do Sul do Cáucaso 7

2.2.1. Actual quadro de diálogo 7

2.2.2. Recomendações 9

2.3. Federação da Rússia 11

2.3.1. Actual quadro de diálogo 11

2.3.2. Recomendações 11

3. Outras regiões 12

3.1. Países parceiros da PEV no Mediterrâneo Oriental (Síria, Líbano e Jordânia) e outros países do Médio Oriente (Irão e Iraque) 12

3.1.1. Actual quadro de diálogo 12

3.1.2. Recomendações 12

3.2. Ásia Central 13

3.2.1. Actual quadro de diálogo 13

3.2.2. Recomendações 13

3.3. Países de origem asiáticos 13

3.3.1. Actual quadro de diálogo 13

3.3.2. Recomendações 14

4. Melhoria da coordenação 16

5. Conclusão 17

Anexo III: Panorama da situação relativa à migração e respectivos fluxos com proveniência e destino às regiões vizinhas da UE a Leste e a Sudeste e estatísticas. 72

Aplicação da Abordagem Global das Migrações às regiões vizinhas da União Europeia a Leste e a Sudeste

1. INTRODUÇÃO

Em Dezembro de 2005, o Conselho Europeu adoptou a Abordagem Global das Migrações, inicialmente centrada sobretudo em África e na região mediterrânica. Nas suas conclusões de Dezembro de 2006[1], o Conselho Europeu convidou a Comissão a "apresentar propostas sobre um diálogo reforçado e medidas concretas" no que respeita à aplicação da Abordagem Global às regiões vizinhas da UE a Leste e a Sudeste. A presente comunicação vem dar resposta a esse apelo, que propõe uma abordagem baseada na noção de "rota migratória" (figura no Anexo I um glossário de todos os termos e uma explicação dos acrónimos utilizados neste documento).

A presente Comunicação incide sobretudo nas regiões vizinhas da UE a Leste e a Sudeste que, de acordo com a Comissão, incluem:

Turquia, os Balcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Montenegro e Sérvia, incluindo o Kosovo[2]); os países parceiros no âmbito da Política Europeia de Vizinhança (PEV) da Europa Oriental (Ucrânia, Moldávia e Bielorrússia[3]) e o Sul do Cáucaso (Arménia, Azerbaijão e Geórgia) e ainda a Federação da Rússia.

Na aplicação da presente Comunicação será conveniente ter em conta, em primeiro lugar, as recomendações directamente relacionadas com estes países. No entanto, a aplicação da Abordagem Global às regiões vizinhas da UE a Leste e a Sudeste conformes com a noção de "rotas migratórias" requer igualmente que sejam tidos em conta os países de origem e de trânsito mais afastados. Por conseguinte, é também necessário ter em conta:

Países parceiros no âmbito da Política Europeia de Vizinhança para o Médio Oriente (Síria, Jordânia e Líbano), Irão e Iraque; Ásia Central (Cazaquistão, Quirguizistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Usbequistão); bem como os países de origem asiáticos como a China, Índia, Paquistão, Afeganistão, Bangladesh, Sri Lanca, Vietname, Filipinas e Indonésia.

A presente comunicação formula relativamente a estes países terceiros e regiões algumas recomendações a médio e a longo prazos.

A Comunidade dispõe, com todos os países acima referidos, de um quadro institucional no âmbito do qual se desenrola o diálogo político e económico, bem como as relações de cooperação, incluindo no domínio das migrações em geral. A Comunicação descreve de forma sucinta o quadro existente para cada grupo de países. Em alguns casos, o diálogo e a cooperação em matéria de migrações e matérias conexas (como o emprego e a educação) encontram-se já bastante avançados. O eventual reforço do diálogo e da cooperação deve assentar nas bases de diálogo e cooperação já existentes, integrando simultaneamente as questões e os actores interessados, nomeadamente no domínios da migração de trabalhadores. Figura no Anexo II uma lista indicativa de um grande número de projectos de cooperação em curso nos domínios da migração, emissão de vistos e controlo das

---

1 Com base na Comunicação da Comissão intitulada " A abordagem global da migração um ano depois: rumo a uma política europeia global em matéria de migração", Novembro de 2006, COM(2006) 735.

2 Definição que figura na Resolução n.º 1244 do Conselho de Segurança da ONU.

3 No caso da Bielorrússia, o diálogo deverá ser estabelecido em conformidade com as restrições aplicáveis às relações entre a UE e a Bielorrússia no que respeita aos contactos com as autoridades e no âmbito de um quadro regional.

fronteiras financiados pela CE nos países em questão. É importante continuar a dar relevo e visibilidade a esta cooperação.

A aplicação da Abordagem Global exige ainda uma análise exaustiva dos fluxos legais e clandestinos, da oferta e da procura de mão-de-obra a nível mundial, da migração de trabalhadores e gestão da migração económica, bem como da necessidade de protecção internacional. Devem igualmente ser examinadas as rotas migratórias, bem como as tendências e evoluções potenciais neste domínio. O Anexo III apresenta uma série de conclusões preliminares relativas à região neste contexto, bem como várias séries estatísticas. A importância de que esta região se reveste para a UE é já manifesta. Cerca de um terço dos nacionais de países terceiros que vivem na UE são cidadãos de países vizinhos do Leste e do Sudeste Europeu ou da Federação da Rússia. O alargamento da UE a Leste em 2004 e 2007 modificou para muitos países vizinhos a base jurídica que rege as deslocações pendulares transfronteiriças e a migração, enquanto as vantagens da adesão à UE, que se traduzem num elevado crescimento económico e em inúmeras oportunidades de emprego, expõem os novos Estados-Membros a fluxos migratórios mais elevados provenientes dos seus vizinhos orientais. Os países vizinhos sofrem simultaneamente os efeitos do afluxo e da fuga de cérebros. Os benefícios líquidos deste processo contribuem para atenuar as pressões que se manifestam numa elevada taxa de desemprego e em baixos rendimentos, resultantes muitas vezes das dificuldades associadas ao processo de transição económica e política.

É de referir que a América Latina e as Caraíbas ainda não estão abrangidas pela Abordagem Global das Migrações, embora as migrações façam parte integrante do diálogo político regular com esta região. Dada a importância cada vez maior da problemática migratória nas relações com os países da América Latina e das Caraíbas, a Comissão abordará a questão das migrações com os seus parceiros da região durante a preparação da próxima cimeira UE/ALC (Lima, Maio de 2008). Tal será feito em conformidade com a Abordagem Global e permitirá simultaneamente a execução dos compromissos assumidos pelas duas partes na Cimeira de Viena de Maio de 2006.

2. PAÍSES SITUADOS NAS REGIÕES VIZINHAS DA UE A LESTE E A SUDESTE

Aquando do desenvolvimento da Abordagem Global com os países africanos, vários instrumentos revelaram-se úteis para encetar o diálogo com os países parceiros, como nomeadamente os perfis migratórios e as plataformas de cooperação sobre migração e desenvolvimento (cf. Anexo I). Estes instrumentos poderão ser utilizados na aplicação da Abordagem Global às regiões do Leste e do Sudeste. No entanto, a sua utilização deverá ser adaptada a cada país e a cada região, tendo em conta nomeadamente os quadros e as relações existentes com as regiões e países em questão nos quais a sua aplicação poderá conferir um valor acrescentado. Além disso, a presente Comunicação deve ser articulada com a *Comunicação relativa à migração circular e parcerias para a mobilidade entre a União Europeia e países terceiros*, adoptadas simultaneamente.

2.1. Turquia e Balcãs Ocidentais[4]

2.1.1. Actual quadro de diálogo

No que respeita à Turquia, que celebrou um Acordo de Associação com a UE em 1963, as questões da migração são abrangidas pela Parceria para a Adesão concluída em 2006.

No caso dos Balcãs Ocidentais, estas questões são abrangidas pelo Acordo de Estabilização e de Associação (AEA), que constitui o quadro criado, ou em vias de ser criado, para as relações contratuais com cada um destes países[5]. Além disso, estas questões são abordadas – muitas vezes de forma bastante exaustiva – nas Parcerias Europeias ou nas Parcerias para a Adesão (como é o caso da Croácia e da Turquia). A aplicação das parcerias é controlada principalmente através de relatórios anuais e de reuniões com os países interessados. Além disso, as questões da migração são igualmente debatidas no âmbito da reunião anual a nível ministerial "Justiça, Liberdade e Segurança" com os países dos Balcãs Ocidentais.

No que respeita à Croácia e à Turquia (países candidatos), bem como à Antiga República Jugoslava da Macedónia, as questões relativas às migrações são debatidas de forma aprofundada nas reuniões dos subcomités e podem ser suscitadas no âmbito do Comité de Associação e do Conselho de Associação. No contexto das negociações de adesão com a Croácia e a Turquia, estas questões foram passadas em revista e são abordadas nomeadamente nos capítulos "Justiça, liberdade e segurança" e "Livre circulação dos trabalhadores" .

Quantos aos outros países da região, estas questões são examinadas no contexto de processos de aconselhamento político e de acompanhamento específicos (*task-force* consultiva com a Albânia, processo de acompanhamento de reformas no caso da Bósnia e Herzegovina, diálogo permanente reforçado com o Montenegro e a Sérvia), nomeadamente através de reuniões de grupos de cariz técnico. Por último, com o Kosovo, o diálogo sobre estas questões tem lugar no âmbito do Mecanismo de Acompanhamento do Processo de Estabilização e de Associação.

Além disso, o Processo de Cooperação na Europa do Sudeste (SEECP), que desempenha um papel cada vez mais importante enquanto fórum para a cooperação nesta região, inclui a cooperação em matéria de justiça, liberdade e segurança. O SEECP participa na criação de um novo quadro regional, gerido pelos próprios países, que sucederá ao Pacto de Estabilidade para a Europa do Sudeste.

Todos os países candidatos, bem como aqueles cujo projecto de adesão à UE foi reconhecido, estão já a trabalhar activamente na adopção do acervo comunitário. Para facilitar o desenrolar deste processo e contribuir, entretanto, para melhorar a gestão dos fluxos ao longo das rotas migratórias do Sudeste Europeu, propõe-se fazer das acções abaixo recomendadas prioridades de ordem geral.

---

[4] A Turquia foi oficialmente reconhecida como país candidato em Dezembro de 1999. As negociações de adesão foram iniciadas em 3 de Outubro de 2005. A Croácia é igualmente um país candidato, actualmente a negociar a sua adesão à UE. A Antiga República Jugoslava da Macedónia recebeu o estatuto de país candidato em Dezembro de 2005, mas ainda não iniciou as negociações de adesão.

[5] O AEA com a Croácia e a Antiga República Jugoslava da Macedónia estão actualmente em vigor, o AEA com a Albânia foi assinado mas ainda não está ratificado, o AEA com o Montenegro foi rubricado, as negociações com a Bósnia e Herzegovina já terminaram e com a Sérvia estão suspensas.

2.1.2. Recomendações

- Para completar o diálogo sobre migrações realizado em instâncias bilaterais e regionais, a criação de **plataformas de cooperação** sub-regionais e nacionais sobre migrações poderia facilitar o diálogo entre todos os actores interessados, tirando partido da experiência adquirida no âmbito da iniciativa MARRI.

- O diálogo com as autoridades dos países candidatos e dos países parceiros deve incluir um debate sobre o modo como **o impacto das migrações no desenvolvimento pode contribuir para reforçar a estabilidade e promover o crescimento na região**. Devem ser adoptadas políticas destinadas a evitar a fuga de cérebros, que privilegiem nomeadamente o investimento na formação e no desenvolvimento das capacidades, a fim de melhorar as condições de trabalho e alargar o leque de oportunidades de emprego, desencorajando assim os trabalhadores qualificados a abandonarem os seus países. Além disso, seria conveniente reflectir sobre os meios de reduzir os custos de envio das remessas dos emigrantes e reforçar o seu impacto no desenvolvimento dos países da região. Devem ser organizadas visitas de pertitos para promover contactos e incentivar a cooperação directa entre administrações, bem como para avaliar a respectiva capacidade institucional. Poderão igualmente ser organizados seminários relativos aos vários aspectos da agenda sobre migrações e desenvolvimento. Por último, poderão ser apoiadas iniciativas que favoreçam o estabelecimento de contactos entre trabalhadores migrantes altamente qualificados, como os investigadores científicos, e os seus países de origem.

- As oportunidades de **migração circular** devem ser reforçadas**,** tendo simultaneamente em conta a existência, na região, de movimentos transfronteiriços sazonais a curto prazo. À excepção da Croácia, cujos nacionais beneficiam já de um regime de isenção de visto com a UE, os regimes de vistos aplicados na região devem ser melhorados e harmonizados, a fim de permitir a circulação de trabalhadores. Além disso, deve igualmente ser explorada a possibilidade de oferecer uma gama mais vasta de programas de intercâmbio a investigadores e estudantes. De igual modo, deve procurar assegurar-se que os migrantes estejam convenientemente preparados para partir, ou seja, garantir que têm uma ideia realista da vida e das oportunidades de emprego na UE. A este respeito, seria útil prever a realização de programas de formação ou outros programas especiais, bem como uma adequação da oferta e da procura de mão-de-obra. Os Portais sobre Migração, que começarão a funcionar antes do final de 2007, desempenharão um papel essencial neste contexto. Além disso, a avaliação da experiência com os centros de serviços de migrações existentes poderá conduzir à criação de novos centros deste tipo. A criação de unidades especializadas em cada Ministério do Trabalho ou Ministério do Interior contribuiria igualmente para a elaboração de políticas apropriadas que constituiriam um bom equilíbrio entre as necessidades de mão-de-obra e os aspectos relativos à segurança das migrações. Quanto aos vistos de curto prazo, a execução dos acordos de facilitação da emissão de vistos já rubricados com alguns países dos Balcãs Ocidentais contribuirá para melhorar e simplificar as formalidades de emissão de vistos para determinadas categorias de cidadãos destes países.

- A **legislação em matéria de direito de asilo e de protecção de refugiados** deve ser reforçada ou completada de forma a oferecer garantias jurídicas globais a pessoas que possam ter necessidade de protecção internacional. O Montenegro e a Sérvia, que ainda não adoptaram legislação de base em matéria de direito de asilo, devem ser encorajados a fazê-lo. A Turquia deve ainda modificar o seu principal diploma legislativo neste domínio para se conformar ao acervo comunitário, assegurar a sua execução efectiva e dotar-se de capacidades administrativas consentâneas com as melhores práticas da UE. Será igualmente necessário desenvolver esforços adicionais para garantir que as disposições jurídicas adequadas sejam efectivamente aplicadas em todos os países.

- A luta contra a **migração clandestina e o tráfico de seres humanos** deve ser reforçada. Para este efeito, a agência FRONTEX deve aprofundar as suas relações com os países da região. Deve ser concedida assistência técnica aos países parceiros - através de instrumentos como o IPA ou a geminação e a TAIEX - que incluirá a formação suplementar de guardas fronteiriços e de funcionários dos serviços de imigração, bem como a elaboração de estatísticas fidedignas sobre os casos relatados. Poderão igualmente beneficiar de apoio no âmbito do IPA certas acções relativas ao controlo das fronteiras e à gestão das migrações nos países candidatos e nos países potencialmente candidatos à adesão à UE. Por último, deverão ser executados os acordos de readmissão celebrados entre a UE e os países dos Balcãs Ocidentais e concluído o mais rapidamente possível o Acordo de readmissão com a Turquia[6].
- A UE deve promover uma cooperação **regional pluridisciplinar** mais estreita com os **serviços de polícia** encarregados da luta contra a criminalidade organizada, especialmente através do reforço da cooperação entre a Europol e o Centro SECI em Bucareste. Será concluído um protocolo de acordo para este efeito entre as duas partes, que abordará especialmente o tráfico de seres humanos, sendo o objectivo a longo prazo a conclusão de um acordo de cooperação operacional.

2.2. Países parceiros no âmbito da Política Europeia de Vizinhança da Europa Oriental e do Sul do Cáucaso

2.2.1. Actual quadro de diálogo

A política europeia de vizinhança (PEV) é o quadro em que se inscrevem as relações da UE com os países de Europa Oriental e do Sul do Cáucaso. Embora mencionadas de forma indirecta nos Acordos de Parceria e de Cooperação (APC), que constituem a base jurídica em que assentam as relações da UE com estes países, a cooperação em matéria de migração, emissão de vistos, direito de asilo, gestão das fronteiras e outras questões económicas e sociais conexas figura em todos os planos de acção acordados no âmbito da PEV com os nossos parceiros do Leste. Alguns destes países elaboraram igualmente o seu próprio Programa de Acção Nacional nestes domínios. No caso da Ucrânia, trata-se de um plano de acção distinto nos domínios da justiça, liberdade e segurança equivalente à secção correspondente dos planos de acção acordados com a Arménia, o Azerbaijão, a Geórgia e a Moldávia. A Comissão está igualmente a trabalhar com a Ucrânia com base numa série de indicadores de desempenho, que assentam no plano de acção "Justiça, Liberdade e Segurança", que prevê critérios de referência.

As questões da migração foram já debatidas exaustivamente com a Moldávia e a Ucrânia no âmbito dos subcomités relevantes, tendo ainda sido levantadas em reuniões periódicas da Tróica Ministerial com a Ucrânia sobre justiça, liberdade e segurança, bem como em reuniões do Comité de Cooperação e do Conselho de Cooperação. A abordagem é semelhante no que respeita aos três países do Sul do Cáucaso, cujos planos de acção fora adoptados em Novembro de 2006. Como é evidente, o diálogo e a cooperação não progridem ao mesmo ritmo em todos os países, dependendo das capacidades e dimensão (especialmente relevante no caso da Ucrânia), bem como da situação de cada um. Embora a Bielorrússia constitua um caso à parte[7], a cooperação técnica em questões de fronteiras,

---

[6] O Acordo de Readmissão celebrado entre a CE e a Albânia entrou em vigor em Maio de 2006. Foram rubricados Acordos de Readmissão com a Bósnia e a Herzegovina, a Sérvia, a Antiga República Jugoslava da Macedónia e o Montenegro, cuja entrada em vigor está prevista antes do final de 2007.

[7] A UE não assinou um APC com a Bielorrússia e, em conformidade com as conclusões do Conselho, as suas relações com este país são regidas por uma política dupla que consiste em limitar os contactos ao nível ministerial e, simultaneamente, conceder uma assistência específica destinada a promover a democratização e a satisfazer as necessidades da população.

migrações e criminalidade organizada é possível através do estabelecimento de contactos com funcionários deste país, bem como no âmbito do diálogo regional e dos diferentes programas.

2.2.2. Recomendações

Embora as relações com cada um destes países sejam diferentes, as prioridades a curto prazo devem incluir as seguintes medidas:

- Embora já exista o quadro necessário para um **diálogo** bilateral sobre estas questões com cada um destes países (com excepção da Bielorrússia), não foi ainda iniciado o debate com a Arménia, o Azerbaijão e a Geórgia no contexto dos seus planos de acção no âmbito da PEV. No caso da Moldávia e da Ucrânia, o debate, já em curso, está a ser aprofundado. Quanto à Bielorrússia, embora as relações sejam limitadas, devem ser estabelecidos contactos a nível de peritos sobre questões de migração. Este diálogo é igualmente importante para fazer face ao problema da xenofobia e do seu impacto nas migrações e na integração.

- A **nível regional**, no qual são tratadas as questões relativas à migração e temas conexos, poder-se-ia tirar partido dos ensinamentos adquiridos com os processos de Söderköping e de Budapeste. Deve ser igualmente reforçado o apoio dado aos países parceiros para melhorarem a sua capacidade de lidar com os migrantes clandestinos em conformidade com as normas internacionais. Tal poderá dizer respeito tanto à detenção de migrantes clandestinos e às necessidades das vítimas de tráfico e outras pessoas vulneráveis, como às normas internacionais em matéria de protecção de refugiados que estes países devem respeitar (nomeadamente na sua qualidade de membros do Conselho da Europa). Porém, não foi ainda adoptada legislação, procedimentos ou práticas eficazes em matéria de direito de asilo e de protecção de refugiados. O trabalho com as organizações interessadas deve ser prosseguido, nomeadamente no que respeita à reintegração dos trabalhadores que regressam ao seu país de origem.

- Na promoção de uma abordagem exaustiva das questões de migração, a **região do mar Negro** reveste-se de uma importância especial em termos da migração de trânsito e dos diferentes tráficos. Recomenda-se que, com base nas estruturas de cooperação criadas no mar Báltico, seja estudada a viabilidade da criação de uma plataforma de cooperação regional que reúna os Estados-Membros e as agências da UE interessadas, outros países ribeirinhos do mar Negro e organizações regionais como a SECI (Iniciativa de Cooperação para a Europa do Sudeste), a CEMN (Organização de Cooperação Económica do mar Negro), a TF-OC (*task-force* do Mar Báltico sobre crime organizado) e o Fórum do Mar Negro, a fim de assegurar uma melhor gestão das migrações. Um contexto deste tipo seria propício à partilha de informações e à coordenação das actividades de patrulhamento e vigilância. A contribuição da UE pode abranger actividades que vão desde a formação (geminação) de funcionários policiais à cooperação com a FRONTEX e a Europol e incluir domínios como a protecção social e a formação de funcionários sobre questões de emprego ou a reabilitação das vítimas de tráfico de seres humanos.

- Como explanado pela Comissão na sua Comunicação de Dezembro de 2006, a **mobilidade das pessoas** reveste-se de uma importância primordial para os parceiros da PEV, assim como para a UE, tendo em vista a realização plena desta prioridade de política externa. Assim, a Comissão sugeriu a realização de "um exame muito sério sobre o modo como os procedimentos relativos à emissão de vistos podem deixar de ser um obstáculo tão grande às viagens legítimas de cidadãos de países vizinhos para a UE (e vice-versa) … num contexto mais vasto que aborde questões (JLS) conexas". Por conseguinte, é conveniente prever a conclusão de **parcerias para a mobilidade** com estes países, incluindo, em especial, a **flexibilização das formalidades de emissão de vistos**, as autorizações de trabalho e as informações sobre necessidades sazonais de mão-de-obra na UE. A viabilidade de uma parceria desse tipo com a Ucrânia, por exemplo, deve ser explorada a título prioritário.

- **Além disso, as formalidades de emissão de vistos** devem ser **flexibilizadas** sempre que o objecto da visita não for encontrar um emprego (por exemplo, viagens de negócios, educativas ou turísticas), ou sempre que se trate de visitas oficiais para reuniões relativas a reformas, como

é já possível ao abrigo das Instruções Consulares Comuns. Actualmente a Comissão recomenda vivamente que tal seja aplicado, em especial pelos Estados-Membros em que se realizam a maioria das reuniões em questão (por exemplo, os que acolhem as instituições comunitárias ou exercem a Presidência rotativa da UE). A Comissão instará a que estas alterações sejam aplicadas de imediato especialmente em relação às pessoas que se deslocam "em missão por conta da UE" (e que representam uma parte muito reduzida dos pedidos de visto), para as quais fornecerá cartas de recomendação aos serviços da embaixada ou do consulado do Estado-Membro relevante, continuando a trabalhar com esses serviços.

- As **remessas enviadas pelos trabalhadores migrantes** revestem-se igualmente de enorme importância para esta região, dado que a Arménia, a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia fazem parte dos países mais dependentes do mundo em relação a este tipo de remessas. Devem ser exploradas as possibilidades de redução dos custos de transacção destas remessas e de reforço do seu impacto no desenvolvimento dos países de origem (recorda-se que, por definição, estas remessas são privadas). De igual modo, será necessário aprovar acções que promovam o desenvolvimento socioeconómico destes países, evitando a fuga de cérebros, facilitando o regresso voluntário das pessoas (altamente) qualificadas e incitando as grandes diásporas a contribuírem para o desenvolvimento dos seus países de origem. Por último, poderão ser apoiadas iniciativas que favoreçam o estabelecimento de contactos entre trabalhadores migrantes altamente qualificados, como os investigadores científicos, e os seus países de origem.
- A conclusão de **acordos de readmissão** deve ser ponderada. Foi já rubricado com a Ucrânia um acordo desse tipo e foram concluídas as negociações com a Moldávia com vista à entrada em vigor de um acordo, o mais rapidamente possível, em 2007. Há ainda que considerar a abertura, no futuro, de negociações com os outros países. Para aqueles que celebraram um acordo deste tipo com a UE, deve ser dada ênfase à sua capacidade de aplicar estes acordos, bem como aos meios de os encorajar a concluir acordos semelhantes com os seus próprios vizinhos do Leste e do Sudeste.
- Embora recebam já um apoio comunitário importante, o **reforço das capacidades** destes países deverá ser intensificado, tanto no que respeita à gestão das suas próprias fronteiras (ou à aplicação efectiva da lei em geral), como no que respeita à melhoria da sua cooperação mútua (a Ucrânia enfrenta claramente desafios especiais decorrentes da sua situação geográfica, da sua dimensão e da natureza dos seus controlos fronteiriços). A Bielorrússia manifestou-se interessada numa cooperação em matéria de protecção das fronteiras e de luta contra a criminalidade organizada, embora o trabalho concreto de luta contra o tráfico proveniente da Bielorrússia possa ainda ser reforçado). A Missão de Assistência Fronteiriça da UE (EUBAM) actualmente destacada na fronteira entre a Moldávia e a Ucrânia constitui um bom exemplo. As iniciativas deste tipo devem, evidentemente, ser coerentes com os esforços actualmente a ser desenvolvidos na luta contra a corrupção e a criminalidade organizada.
- É ainda necessário salientar as lacunas que caracterizam **os quadros legislativos e institucionais,** bem como a deficiente capacidade destes países de recolha de dados e de controlo dos fluxos migratórios. Poderá ser concedida **assistência técnica** específica, por exemplo no que respeita à segurança dos documentos de viagem, das autorizações de residência e das vinhetas dos vistos, bem como dos sistemas de informação civil com base nos quais estes documentos são emitidos. Os esforços desenvolvidos para melhorar a segurança dos documentos deverão tirar partido das possibilidades oferecidas mais recentemente pela utilização de dados biométricos. Além disso, a assistência técnica poderá incluir a criação de centros específicos de informação, formação e ensino de trabalhadores.

2.3. Federação da Rússia

2.3.1. Actual quadro de diálogo

O desenvolvimento progressivo do Roteiro do Espaço Comum de Liberdade, Segurança e Justiça, adoptado em Maio de 2005, desenrola-se no âmbito do Acordo de Parceria e de Cooperação celebrado entre a UE e a Rússia. O Conselho Permanente da Parceria UE-Rússia a nível dos ministros da Justiça e Assuntos Internos reúne semestralmente para acompanhar os aspectos gerais da realização deste espaço comum. É igualmente organizado um diálogo informal, bem como reuniões de peritos. A nossa parceria estratégica assenta nos valores comuns que constituem a base das relações entre a UE e a Rússia e que estão consignados no Acordo de Parceria e de Cooperação, bem como no Roteiro. Prevêem explicitamente o reforço da nossa cooperação mediante o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos Estados-Membros da UE e na Rússia, que, na sua qualidade de membro do Conselho da Europa, deve respeitar as disposições da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

2.3.2. Recomendações

Desde a dissolução da URSS, a Rússia tornou-se um destino importante para os refugiados e os migrantes económicos provenientes de países vizinhos, contando igualmente com um grande número de pessoas deslocadas no interior do próprio país. Recentemente tornou-se também um dos primeiros países de trânsito dos fluxos migratórios provenientes principalmente do Sudeste asiático, China e Afeganistão para a Europa Ocidental. Assim, a cooperação com a Rússia em matéria de política migratória e circulação das pessoas reveste-se de uma importância cada vez maior.

- É necessário aprofundar o **diálogo** global com a Rússia sobre todas as questões relacionadas com as migrações, incluindo o direito de asilo, a luta contra a imigração clandestina e o tráfico de seres humanos, a migração de trabalhadores e todos os aspectos sociais das migrações. Seria especialmente frutuoso reforçar os intercâmbios de experiências entre os Estados-Membros da UE e a Rússia no que respeita à gestão das migrações de trabalhadores.

- Deve ser acelerada a execução das prioridades estabelecidas no **Roteiro do Espaço Comum**, nomeadamente os objectivos de intercâmbio de informações sobre políticas de gestão das migrações e boas práticas nestas matérias, incluindo a avaliação de estatísticas e, se for caso disso, a cooperação com países terceiros. Neste contexto, é conveniente promover a cooperação entre as autoridades responsáveis pela aplicação dos acordos de **readmissão** e a **flexibilização das formalidades de emissão de vistos**, bem como acompanhar de perto o processo de execução destes últimos, o que contribuirá para reforçar a eficácia da luta contra a imigração clandestina, facilitando simultaneamente os contactos entre as pessoas. Além disso, como previsto no âmbito do Espaço Comum, foi encetado um diálogo com vista a examinar as condições em que, a longo prazo, poderá ser instituído um regime de isenção de vistos. Este novo quadro poderá servir para explorar de que modo podem ser reforçadas as relações noutros domínios relacionados com as migrações.

- É necessário abordar as preocupações suscitadas pela legislação russa que aplica a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados através do reforço da cooperação em matéria de **direito de asilo** com este país. É igualmente necessário melhorar a protecção das pessoas deslocadas no interior do próprio país, em conformidade com as normas internacionais, quanto mais não seja para evitar pressões sobre os regimes de asilo dos países vizinhos.

- É imperativo promover intercâmbios de informações sobre os quadros legislativos no que respeita a todas as formas de **tráfico de seres humanos,** incluindo no âmbito da *task force* sobre criminalidade organizada. Deve ser reforçada a aplicação do Acordo de Cooperação assinado em

2003 entre a Europol e a Rússia que visa lutar contra os diferentes tipos de actividades criminosas transnacionais. O trabalho da *task force* sobre criminalidade organizada no domínio do combate ao tráfico de seres humanos deve continuar a ser apoiado, tendo em vista melhorar a cooperação pluridisciplinar regional no que respeita à aplicação da lei no mar Báltico, em especial com a Federação da Rússia. Deve-se analisar de que modo o papel da Europol e da FRONTEX na região do Mar Báltico poderá ser reforçado.

- É importante que a cooperação operacional entre a FRONTEX e a polícia de fronteiras russa seja eficaz, como previsto no respectivo mandato, nomeadamente para fomentar a aplicação de boas práticas na gestão das fronteiras.

3. OUTRAS REGIÕES

3.1. Países parceiros da PEV no Mediterrâneo Oriental (Síria, Líbano e Jordânia) e outros países do Médio Oriente (Irão e Iraque)

3.1.1. Actual quadro de diálogo

Relativamente ao Líbano e à Jordânia, as migrações e questões conexas são debatidas nos subcomités sobre «Migrações e assuntos sociais» no âmbito dos respectivos Acordos de Associação e Planos de Acção PEV. O Plano de Acção relativo ao Líbano refere especificamente a cooperação em matéria de migração e de gestão das fronteiras, a parceria com a FRONTEX, a possibilidade de melhorar a gestão da migração de trabalhadores e a flexibilização das formalidades de emissão de vistos. O Plano de Acção relativo à Jordânia inclui uma secção sobre questões relacionadas com as migrações, na qual é evocada nomeadamente a possibilidade de estabelecer uma cooperação em matéria de migração de trânsito, direito de asilo e emissão de vistos. A gestão das fronteiras constitui outra prioridade dos planos de acção dos dois países. Não foi instituído um diálogo bilateral oficial com a Síria no âmbito do actual Acordo de Cooperação. A Parceria Euro-mediterrânica, na qual participam o Líbano, a Jordânia e a Síria, institui igualmente um diálogo regional sobre migrações entre a UE e os países parceiros. Não existe actualmente um quadro de diálogo com o Irão[8], nem foi estabelecido um diálogo oficial com o Iraque[9] sobre migrações e questões conexas.

3.1.2. Recomendações

- O **diálogo** com o Líbano e a Jordânia em matéria de migração, emissão de vistos, direito de asilo e gestão de fronteiras será prosseguido activamente no âmbito das reuniões dos respectivos subcomités e em conformidade com as prioridades fixadas nos planos de acção PEV. No que respeita à Síria, após a assinatura do Acordo de Associação será instituído um diálogo bilateral sobre migrações.
- Atendendo à importância cada vez maior das questões relativas aos **refugiados** nestes países, nomeadamente em virtude do conflito iraquiano e do seu impacto nos Estados limítrofes, bem como ao facto de, até à data, a maioria dos refugiados estarem instalados em países de acolhimento (sendo a Jordânia e a Síria os principais países de acolhimento, contando,

---

[8] Em 2002, foram lançadas as negociações para um Acordo Comercial e de Cooperação (ACC) com o Irão. Devido à crise nuclear iraniana, após Julho de 2005 não teve lugar nenhuma ronda de negociações. Quando for possível reatar as negociações para um ACC, a UE e a República Islâmica do Irão poderão considerar ser do seu interesse mútuo incluir disposições específicas sobre diálogo e cooperação em matéria de migração.

[9] Em Novembro de 2006, a Comissão abriu negociações para um ACC com o Iraque. O diálogo com o Iraque em matéria de migração, emissão de vistos e direito de asilo irá depender, em grande medida, da situação de segurança que se vive no país, bem como do modo como o governo iraquiano aumenta as suas próprias capacidades.

respectivamente, 750 000 e 1 milhão de refugiados), a UE deve estar disponível para prosseguir o seu apoio e participação nas iniciativas pertinentes em matéria de cooperação ou de diálogo regional. Nas suas relações com a Jordânia e a Síria, a UE e os seus Estados-Membros devem continuar a promover a criação de condições que permitam à comunidade internacional prestar ajuda humanitária e protecção internacional, nomeadamente através de programas de reabilitação e de outros programas.

- Por conseguinte, é conveniente encorajar o Irão a estabelecer uma cooperação mais activa com os seus vizinhos (especialmente com a Turquia e os países do Sul do Cáucaso, mas também com o Paquistão e o Afeganistão) na prevenção e repressão do **tráfico de seres humanos**. Poderão ser exploradas novas formas concretas de cooperação técnica.
- Seria igualmente oportuno incentivar todos estes países a ratificarem, se ainda o não fizeram, a **Convenção de Genebra**, **a Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada** (UNTOC) e respectivos **Protocolos** adicionais, bem como a procederem à sua aplicação .

3.2. Ásia Central

3.2.1. Actual quadro de diálogo

As migrações e questões conexas são abordadas em reuniões do subcomité da «Justiça e Assuntos Internos» previstas com o Cazaquistão e o Usbequistão no âmbito dos Acordos de Parceria e Cooperação respectivos. As migrações são igualmente debatidas no Comité de Cooperação do Acordo de Parceria e Cooperação celebrado entre a UE e o Quirguizistão. No entanto, até à data não existe ainda diálogo bilateral oficial sobre migrações com o Turquemenistão nem com o Tajiquistão. Paralelamente às reuniões acima referidas, tem actualmente lugar um diálogo regional sobre migrações entre a UE e os países da Ásia Central. A prazo, a UE poderá desejar assegurar que as questões de migração sejam plenamente integradas no diálogo político e económico com os países da Ásia Central.

3.2.2. Recomendações

- Em matéria de **gestão das fronteiras**, poder-se-á explorar a possibilidade de estabelecer uma cooperação mais aprofundada, na linha do que foi feito com o projecto BOMCA, ou através de outros projectos actualmente em curso no domínio da **gestão da migração de trabalhadores**.
- Poder-se-á explorar a possibilidade de prestar assistência técnica aos países da região com vista a reforçarem a sua cooperação com a UE, a Turquia e os países parceiros da PEV da Europa Oriental no domínio da prevenção da imigração clandestina e da luta contra o tráfico de seres humanos.
- Seria igualmente oportuno incentivar todos estes países a ratificarem, caso ainda não o tenham feito, a **Convenção de Genebra**, **a Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada** (UNTOC) e respectivos **Protocolos** adicionais, bem como a procederem à sua aplicação.

3.3. Países de origem asiáticos

3.3.1. Actual quadro de diálogo

O quadro político da cooperação com a Ásia em 2001 foi definido na Comunicação intitulada "Europa e Ásia: enquadramento estratégico para parcerias reforçadas"[10]. Esta comunicação prevê o reforço do diálogo e da cooperação da UE com a Ásia numa série de

[10] COM (2001) 469 de 4.9.2001.

domínios, nomeadamente em questões relativas à justiça e assuntos internos, incluindo a emissão de vistos, o direito de asilo, a imigração e outras políticas relacionadas com a livre circulação de pessoas, bem como a política social e os desafios e oportunidades proporcionados pela globalização. A Comissão considera necessário intensificar o diálogo político e económico a nível regional, no seio de instâncias como a ANASE e a ASEM, bem como a nível bilateral.

Relativamente à China, são realizadas regularmente consultas de alto nível com a Comunidade nas quais são debatidas questões relacionadas com a luta contra a imigração clandestina e o tráfico de seres humanos, incidindo sobretudo no intercâmbio de informações e em medidas destinadas a criar um clima de confiança. É neste contexto que se procede à troca de informações sobre a legislação adoptada por ambas as partes e que têm lugar conversações exploratórias em matéria de readmissão, bem como discussões sobre os meios legais de viajar para a Europa e no interior da mesma.

3.3.2. Recomendações

Além das questões relativas às migrações e ao desenvolvimento, outros domínios como a emissão de vistos, o direito de asilo, a imigração e outras políticas relacionadas com a livre circulação de pessoas, revestem-se de uma importância cada vez maior nas nossas relações com a Ásia, nomeadamente no contexto do reforço das relações comerciais, incluindo na área dos serviços; evolução demográfica — a população da maioria dos países asiáticos regista um forte crescimento que contrasta com a evolução verificada nos países europeus, cuja população está a diminuir; e a importância crescente que assume a migração de trabalhadores e a adequação entre a oferta e procura de mão-de-obra a nível mundial em determinados sectores económicos. Esta tendência é comprovada pelo aumento da imigração proveniente desta região, o estabelecimento de um diálogo sobre estas questões, a inclusão das migrações nos novos Acordos de Cooperação com os países do sudeste asiático e o lançamento de iniciativas mundiais como o processo de Bali. Além disso, alguns países recebem uma atenção especial devido ao carácter prioritário que lhes confere a UE no âmbito da política de readmissão. É o caso dos países ou entidades com os quais a Comunidade concluiu acordos de readmissão (Hong Kong, Macau e Sri Lanca), com os quais está em vias de concluir acordos desse tipo (Paquistão) ou tem a intenção de o fazer (China). A UE encetou igualmente um diálogo bilateral e multilateral com a Ásia sobre questões relativas à migração de trabalhadores, incluindo o emprego, a política social e a educação. Assim, recomenda-se que, embora como ponto de partida se deva continuar a combater as causas profundas da migração proveniente dos países terceiros desta região:

- Se prossiga o apoio às **negociações** e iniciativas sobre readmissão actualmente em curso relacionadas com a luta contra o **tráfico de seres humanos**.
- A médio prazo toda as questões relativas à migração devem tornar-se um aspecto normal do **diálogo** político e económico com os países da região. Devem ser exploradas plenamente as possibilidades de diálogo oferecidas pela ASEM e pelo seu secretariado virtual, actualmente em fase de instalação, de forma a permitir o intercâmbio de informações e de boas práticas em matéria de migrações.
- Sejam tidas em conta as potencialidades da migração de trabalhadores provenientes da Ásia. A gestão adequada e o aumento da mobilidade para determinadas categorias de pessoas oriundas de países dessa região pode revestir-se de grande importância para a UE, bem como para o desenvolvimento socioeconómico dos próprios países dessa região. A migração de trabalhadores constitui um dos pontos principais do diálogo instaurado recentemente entre a UE e a Índia. Além disso, o diálogo com a China poderá ser alargado, no interesse de ambas as partes, deixando de se limitar à migração clandestina e aos fluxos turísticos e promover a mobilidade.

Foi igualmente iniciado um debate sobre a migração de trabalhadores no âmbito da ASEM, estando actualmente a ser estudadas as possibilidades de reforçar o diálogo e a cooperação com a ASEAN nesta matéria. A Comissão sugere, pois, que se comece a preparar o terreno através do estabelecimento de **parcerias para a mobilidade** com alguns países da região.

4. MELHORIA DA COORDENAÇÃO

Está já a ser lançada uma série de iniciativas destinadas a promover a gestão das migrações nos países e regiões vizinhas, bem como em países mais afastados. Considerando que a Abordagem Global teria um valor acrescido se fosse garantida uma maior coerência e complementaridade entre estas iniciativas, a Comissão propõe que os Estados-Membros dêem o seu primeiro contributo acrescentando à lista de todas as iniciativas comunitárias nos países e regiões abrangidos pela presente comunicação (cf. Anexo I) a sua própria lista de iniciativas nacionais, de forma a obter uma visão mais completa da situação actual.

Além disso, poderão ser desenvolvidos mais esforços no sentido de uma melhor compreensão da dimensão e características dos fluxos migratórios provenientes do Leste e do Sudeste. As informações disponíveis não são recolhidas nem utilizadas de forma sistemática. Várias organizações possuem informações valiosas sobre as diferentes regiões contempladas na Abordagem Global das Migrações. Poderia analisar-se a possibilidade de lançar uma iniciativa para criar uma **rede de intercâmbio de informações** entre a FRONTEX, a EUROPOL, a OIM, o CIDPM, a OIT, as várias agências das Nações Unidas — nomeadamente o PNUD, o ACNUR e o UNODC — bem como outras organizações internacionais e regionais, como a SECI.

Dada a dimensão do **tráfico de seres humanos**, é necessário adoptar uma **estratégia mais coordenada** para lançar políticas destinadas a lutar contra este fenómeno. Poderão ser adoptadas medidas concretas como a ampliação da lista das iniciativas já em curso (elaborada pela Aliança contra o Tráfico de Seres Humanos), o reforço do diálogo com países terceiros sobre a promoção de políticas eficazes de luta contra o tráfico de seres humanos e a abordagem de questões como a protecção das vítimas destas práticas, especialmente mulheres e crianças. Além disso, a UE deve considerar a possibilidade de participar activamente nas iniciativas actualmente em curso a nível mundial, como o Grupo de Cooperação Interinstitucional contra o Tráfico de Seres Humanos (ICAT). O Programa «Prevenção e luta contra a criminalidade», adoptado recentemente, prevê a concessão de apoio financeiro a projectos em domínios prioritários como a prevenção, protecção e apoio às vítimas, bem como a instauração de processos penais e a condenação dos seus autores.

No que respeita aos fluxos clandestinos, a **FRONTEX** deverá desempenhar um papel mais importante, procurando simultaneamente assegurar a coerência e coordenação das suas actividades com a política externa geral da UE. As prioridades geográficas da Agência para 2007 incluem o desenvolvimento da cooperação com a Rússia, a Ucrânia, a Moldávia, a Geórgia, os Balcãs Ocidentais e determinados países asiáticos, nomeadamente a China, o Paquistão e a Índia. Dado que a sua estratégia e programa de trabalho foram já definidos, a FRONTEX deverá receber os meios necessários para desempenhar a sua missão com eficácia e os Estados-Membros devem garantir que dispõem de recursos adequados para participar, se necessário, nas suas operações conjuntas e de análise de risco. Recomenda-se igualmente que a equipa RABIT seja habilitada a actuar nas fronteiras do Leste e do Sudeste. Além disso, a FRONTEX deverá ainda conceber metodologias de informação adequadas para garantir a fiabilidade da análise de risco, devendo igualmente ser encorajada a participar em projectos, reuniões, conferências e acções de formação com países terceiros.

É ainda necessário adoptar uma estratégia mais coordenada para melhorar a gestão da **migração de trabalhadores**. As iniciativas neste domínio devem implicar todos os actores em questão, nomeadamente os Ministérios do Comércio, do Trabalho e da Educação, bem como outras partes interessadas, incluindo os parceiros sociais. Iniciativas concretas devem avaliar e prever a procura e oferta de mão-de-obra a nível mundial em função do nível de qualificações e abordar questões conexas como o reconhecimento de competências e

qualificações, o acesso ao mercado de trabalho, a integração dos trabalhadores migrantes, a promoção e a flexibilização de novas formas de migração, como a migração temporária e circular, bem como o reforço das capacidades dos serviços de emprego em países terceiros. As iniciativas estarão estreitamente relacionadas com a promoção de trabalho digno para todos no contexto das migrações.

Os Estados-Membros da UE poderão aumentar o número de **agentes de ligação da imigração** (ALI) na região e criar redes de ALI nas principais rotas migratórias A Comunidade pode contribuir para estes esforços através do Fundo Europeu para as Fronteiras Externas.

A criação de **centros comuns de tratamento de pedidos de vistos** — como o que foi aberto na Moldávia com a colaboração da Áustria, Hungria, Letónia e Eslovénia e, brevemente, Estónia e Dinamarca — poderá igualmente contribuir para que os vários Estados-Membros repartam entre si a prestação destes serviços. Além disso, o lançamento a nível regional do Sistema de Informações sobre Vistos poderá constituir um incentivo ao reforço da representação dos Estados-Membros e promover a criação de centros comuns de tratamento de pedidos de vistos nesta região.

Actualmente a UE e os seus Estados-Membros estão a intensificar as suas actividades de apoio a países terceiros tendo em vista melhorar a gestão das migrações. O programa comunitário **TAIEX,** utilizado para missões de peritos de curta duração, desempenha um papel importante na disponibilização dos peritos necessários nos países terceiros, incluindo em outros domínios JLS. Actualmente, o mandato do **TAIEX** limita-se aos países candidatos e aos países abrangidos pela PEV. Futuramente poderão ser exploradas novas formas de cooperação.

5. CONCLUSÃO

As regiões vizinhas da UE a Leste e a Sudeste são importantes em termos de migração legal e ilegal, tanto entre os países destas regiões como com destino à UE. O diálogo e a cooperação com um grande número de países destas regiões encontram-se já bastante avançados, sobretudo no que respeita à luta contra a imigração ilegal. Para que a Abordagem Global possa ser aplicada a estas regiões, será necessário que, no limite dos meios disponíveis, a cooperação continue a ser desenvolvida, equilibrada e alargada – a fim de, nomeadamente, dar uma resposta mais adequada às questões relativas à mobilidade e à dimensão "desenvolvimento" da migração – o que permitirá à UE ganhar credibilidade aos olhos dos seus parceiros e atingir a fase de cooperação seguinte.

Numa primeira fase, a Comissão considera essencial que, no âmbito dos dispositivos existentes para o debate sobre migrações, seja reforçado o diálogo e os acordos sobre mobilidade nas relações que a UE mantém com os países parceiros da PEV. Para atingir este objectivo político prioritário, será necessário avaliar os procedimentos de emissão de vistos existentes e adoptar medidas concretas até ao final de 2007 tendo em vista promover a mobilidade das principais categorias de viajantes prevista nos regimes de vistos actualmente em vigor. Dada as alterações a que foram sujeitas as fronteiras da UE em virtude do alargamento, a promoção da cooperação regional com a região do mar Negro e no próprio interior desta região, nomeadamente em matéria de controlo das fronteiras e de luta contra a imigração clandestina, requer, a partir de agora, especial atenção. A cooperação com a Federação da Rússia deverá igualmente ser prosseguida e reforçada. Além disso, o diálogo e a cooperação com os países e regiões de origem a Leste mais distantes continuarão a ser intensificados.

Um dos principais objectivos da aplicação da Abordagem Global a estas regiões é a necessidade de assegurar uma coerência política, bem como uma certa complementaridade em relação ao diálogo actualmente em curso e às iniciativas de cooperação no domínio das migrações e áreas conexas já a ser realizadas no contexto geral da política externa da UE. Em estreita colaboração e coordenação com os Estados-Membros e demais partes interessadas, a Comissão assegurará esta coerência e complementaridade, bem como um acompanhamento adequado, se possível com base num calendário, para efeitos de coordenação da Abordagem Global nestas regiões.

Annex I:
Acronyms and glossary

1. ACRONYMS

ASEAN : Association of South-East Asian Nations

ASEM : Asia-Europe Meeting

BSBCIC : Black Sea Border Coordination and Information Centre

BSEC : Black Sea Economic Cooperation

BOMCA : Border Management in Central Asia

ENP : European Neighbourhood Policy

EUBAM : EU Border Assistance Mission

ICAT : UN Inter-Agency Cooperation Group on Human Trafficking

ICMPD : International Centre for Migration Policy Development

ILO : Immigration Liaison Officer

ILO : International Labour Organization

IOM : International Organisation for Migration

IPA : Instrument for Pre-Accession Assistance

MARRI : The Migration, Asylum, Refugees Regional Initiative

PCA : Partnership and Cooperation Agreement

RABIT : Rapid Border Intervention Team

SAA : Stabilisation and Association Agreement

SECI : South-East European Cooperative Initiative

SEECP : South-East Cooperation Process

STM : Stabilisation and Association Process Tracking Mechanism

TAIEX : Technical Assistance and Information Exchange Instrument

TF-OC : Task Force on Organised Crime in the Baltic Sea Region

UNDP : United Nations Development Programme

UNHCR : United Nations High Commissioner for Refugees

UNODC : United Nations Office on Drugs and Crime

UNTOC : UN Convention Against Transnational Organised Crime

2. GLOSSARY

Asia-Europe Meeting: ASEM is an informal dialogue process initiated in 1996. The EU Member States, the European Commission and thirteen Asian countries (Brunei, Burma/Myanmar, China, Cambodia, Indonesia, Japan, South Korea, Malaysia, Laos, the Philippines, Singapore, Thailand, and Vietnam) participate in the process. The ASEM 6

Summit held in September 2006 decided to admit India, Mongolia, Pakistan and the ASEAN Secretariat to the ASEM process, upon their completion of the necessary procedures.

Bali Process: brings participants together to work on practical measures to help combat people smuggling, trafficking in persons and related transnational crimes in the Asia-Pacific region and beyond. Initiated at the "Regional Ministerial Conference on People Smuggling, Trafficking in Persons and Related Transnational Crime" held in Bali in February 2002, the Bali Process follow-up is a collaborative effort participated in by over fifty countries and numerous international agencies.

Budapest Process: a consultative forum of more than fifty Governments from the wider European region and ten international organisations, which aims to promote good governance in the field of migration, a harmonised approach in dealing with irregular migration challenges and support for the transfer and common understanding of migration concepts and policies.

Cooperation platforms on migration and development: A concept proposed in the 2006 Communication on the Global Approach and endorsed by the December European Council. The idea is to bring together migration and development actors in a country or region to manage migration more effectively, in the interests of all, along specific migratory routes. Such platforms would bring together representatives of the country or countries concerned with Member States, the Commission and international organisations.

Global Approach to Migration: brings together migration, external relations and development policy to address migration in an integrated, comprehensive and balanced way in partnership with third countries. It comprises the whole migration agenda, including legal and illegal migration, combating trafficking in human beings and smuggling of migrants, strengthening protection for refugees, enhancing migrant rights and harnessing the positive links that exist between migration and development. It is underscored by the fundamental principles of partnership, solidarity and shared responsibility and uses the concept of 'migratory routes' to develop and implement policy.

MARRI: an initiative forming part of the South-East European Cooperation Process which aims to enhance regional cooperation. Participating states are Albania, Bosnia and Herzegovina, Croatia, the former Yugoslav Republic of Macedonia, Montenegro and Serbia. Its regional centre is located in Skopje.

Migration portals: web portals with information about legal migration opportunities and various other aspects of migration. The establishment of these web portals will be financially supported by the new budget line, 'Preparatory Action: Migration management – Solidarity in action'.

Migration profiles: a tool to bring together and analyse all the relevant information needed to develop policy in the field of migration and development and to monitor the impact of policies implemented.

Migration routes initiative: work along the main migratory routes through a particular region and towards the EU is identified and takes into account the need to work in close collaboration with the third countries along these routes.

Mobility partnerships: would provide the overall framework for managing various forms of legal movement between the EU and third countries. Such partnerships would be agreed with those third countries committed to fighting illegal immigration and that have effective mechanisms for readmission. Mobility partnerships are in the process of being developed –

see the Communication on *Circular migration and mobility partnerships between the European Union and third countries*, adopted simultaneously.

Regional networks of ILOs: coordination mechanisms to bring together Immigration Liaison Officers so as to better coordinate and share information at the regional level.

Söderköping Process: supported by the EC, its strategic objective is to facilitate cross-border cooperation between a number of EU Member States, Candidate countries and the countries of Eastern Europe on asylum, migration and border management issues.

Annex II:

Examples of EU cooperation with and assistance to countries covered by the Communication

This annex aims to provide an overview of the cooperation which has been established until now in the field of migration and asylum by the EU and the European and Asiatic countries which are located along the migratory routes on the Eastern and South-Eastern flanks of the EU. The list is indicative and by no means exhaustive.

The annex presents the projects which have been funded by the European Commission in these countries in the field of asylum, migration, border management and visa policy.

As regards the information included, it should be underlined that:

a) only those projects that were committed through programmes of the previous EU financial framework (2000-2006) are included in the list;

b) projects related to development of border infrastructures or addressing customs services or the police forces generically (not specifically the border police) are not included in the list; and

c) projects addressing the root causes of migration or trafficking in human beings are not listed.

The information presented should be used actively. Other donors can more easily see what the EC has been funding up to now, whereas we stimulate our implementing partners to take this information available on past projects into account when drafting proposals for future activities.

1. Countries in the Eastern and South-Eastern regions neighbouring the EU

1.1 The Western Balkans and Turkey

Regional

Project Name	Establishment of EU compatible legal, regulatory and institutional frameworks in the fields of asylum, migration and visa matters (CARDS/2003/077-352)
Location	**Western Balkans**
Implementation period	**January 2004 – February 2006**
Implementing Partner	**Swedish Migration Board, together with ICMPD, IOM, UNHCR**
Budget/EC contribution	**€ 3.000.000 / € 3.000.000**
Funding Programme	**CARDS**
Responsible DG	**ELARG**
Description	**The objectives of the project were to contribute to a better strategic and technical understanding of EU standards and the best practices in the field of asylum, migration and visa; to support the development of a regional strategy, based upon benchmarks that translate a set of commonly accepted EU technical standards, practices and principles; to contribute in the development of detailed national strategies together with implementation action plans; to contribute to institution and capacity building. The project also promoted the creation of a regional network among the officials in the 5 countries of the region**

Project Name	Support to and coordination of Integrated Border Management Strategies in the Western Balkans (CARDS/2004/081-242)
Location	**Western Balkans**
Implementation period	**January 2005 – April 2007**
Implementing Partner	**France, Austria, OSCE, ICMPD**

Budget/EC contribution	**€ 1.999.984**
Funding Programme	***CARDS***
Responsible DG	**ELARG**
Description	**The project provided assistance to the countries for the development of their national Integrated Border Management strategies and Action Plans in order to ensure that these are coherent and effectively co-ordinated at the regional level. The project has contributed to this process by raising awareness and understanding of the concepts and relevant EU standards and best practice, as listed in the IBM Guidelines for Western Balkans. The assistance has supported a multidisciplinary approach, including support to border police, customs, veterinary and phyto-sanitary inspection services, as well as to other services involved in border management issues.**
Project Name	Fostering sustainable reintegration in Albania, the Kosovo province and former Yugoslav Republic of Macedonia, by reinforcing local NGO capacity service provision to returnees (2002/HLWG/003)
Location	**Albania, the Kosovo province and the FYR of Macedonia**
Implementation period	**November 2003 – November 2005**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 700.759,69 / € 560.607,76**
Funding Programme	**B7-667**
Responsible DG	**JLS**
Description	**This project focused on new mechanisms and the development of existing ones for return and reintegration through support to local NGOs (service provision and counselling capacities). The IOM offices in Western Europe defined a list of potential returnees and were able to develop a database. The project was then pursued in Albania, Kosovo and former Yugoslav Republic of Macedonia, by workshops for local NGOs. Reintegration services could then be provided: for instance a reintegration package was defined. Another component of the project was the development of different campaigns to raise public awareness of the targeted areas.**
Project Name	Network of immigration liaison officers (ILO) in the Western Balkans (Albania and surrounding region) (2002/HLWG/013)
Location	**Albania and surrounding region**

Implementation period	**November 2002 –December 2003**
Implementing Partner	**Commissariaat General - Beleid Internationale Politiesamenverking, Belgium**
Budget/EC contribution	**€ 729.500 / € 429.750**
Funding Programme	**B7-667**
Responsible DG	**JLS**
Description	**This project implemented by the Belgian authorities aimed at creating an Immigration Liaison Officers' network (ILO) in the Western Balkans in order to structure and consolidate exchange of information and possible co-operation between the ILOs in the Western Balkans as well as with other important partners and local authorities.** **The added value of this project was the possible harmonisation of activities, the updated knowledge and the definition of policy guidelines in this field in the Western Balkans.**

Project Name	Promoting regular migration in the Western Balkans through establishment of regional migrant service centres providing information and migration related services" (2003/HLWG/051)
Location	**Western Balkans**
Implementation period	**December 2004 – June 2006**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 815.119,64 / € 652.095,71**
Funding Programme	**B7-667**
Responsible DG	**JLS**
Description	**The aim was to promote orderly labour migration flows and related awareness-raising through the creation of the first regional network of Migration Services Centres (MSCs) in the Western Balkans. The project contributed to establish and run 6 MSCs (Skopje, Prishtina, Belgrade, Zagreb, Sarajevo, and Tirana, the last one having been created before the project and representing a model for the others) and a website, through which not only would be migrants, but also people interested to return and reintegration, were provided counselling.**

Project Name	Training Action for the Balkans: Three intensive seminars on Asylum and International Protection for 120 civil servants (2005/103474)

Location	**Western Balkans**
Implementation period	**December 2005 – December 2007**
Implementing Partner	**ERA- Académie de Droit Européen**
Budget/EC contribution	**€ 641.643 / € 512.617**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**Three seminars, one week each, will give a general overview of all the issues related to the migration and asylum, in particular: legal migration; dialogue on migratory flows; readmission and reintegration of the returnees; illegal migration.**

Project Name	Strong Institutions and a Unified Approach in the Asylum, Migration and Visa Management in the Western Balkans (2006/120-144)
Location	**Western Balkans**
Implementation period	**January 2007 – October 2008**
Implementing Partner	**Migrationsverket**
Budget/EC contribution	**€ 625.000 / € 500.000**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**A better management of all aspects of migration flows in the region by regulating and facilitating legal migration and curbing illegal migration in the Western Balkan Countries**

Project Name	Development of communication and information exchange systems on illegal migration in the Western Balkan region (2006/120-275)
Location	**Western Balkans**
Implementation period	**January 2007 – June 2008**
Implementing Partner	**Ministry of the Interior of the Republic of Hungary - Office of EU Co-ordination and ICMPD**
Budget/EC contribution	**€ 625.000 / € 500.000**

Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**To assist the five SAp countries in the WB region in their efforts to developing a system for exchanging communication and information on illegal migration, and more particularly focussed on the preparation of the WB countries to the use of** ICONET **system and to the participation in the** CIREFI **group**
Albania	
Project Name	National Strategy on Migration (CARDS/2003/71910)
Location	**Albania**
Implementation period	**September 2003 – July 2005**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 1.249.989 / € 1.000.000**
Funding Programme	**CARDS**
Responsible DG	**EC DEL Tirana**

Description	**The project addressed the need for reform in the field of migration management in Albania through the development of a national strategy on migration.**
Project Name	'Establishment of EU compatible legal, regulatory and institutional frameworks? '(CARDS)
Location	**Albania**
Funding Programme	**CARDS**
Responsible DG	**EC DEL Tirana**
Description	CARDS 2002-3 promoted the establishment of EU compatible legal, regulatory and institutional frameworks in the fields of asylum, migration and visa matters.
Project Name	Sustainable return, reintegration and development in Albania through consolidated preparatory actions for migration management (2001/HLWG/102)
Location	**Albania**
Implementation period	**April 2002 – December 2003**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 835.885,00 / € 635.883**
Funding Programme	**HLWG – B7-667**
Responsible DG	**JLS**
Description	**This project aimed to develop and strengthen regional capacities to manage irregular migration flows into, through and from Albania. This has been achieved by establishing the necessary mechanisms to facilitate the voluntary return and sustainable reintegration of 175 victims of trafficking and illegal migrants stranded in Albania in their countries of origin such as Turkey, Moldova and Ukraine. The project was instrumental for the establishment of a National Reception Centre (NRC). It served as a preparatory measure working towards the long-term development of a sustainable migration management system.**
Project Name	Upgrading the border control system of Albania along European standards (2001/HLWG/124)
Location	**Albania**

Implementation period	**December 2001 – April 2003**
Implementing Partner	**ICMPD**
Budget/EC contribution	**€ 551.649,43 / € 441.320**
Funding Programme	**HLWG – B7-667**
Responsible DG	**JLS**
Description	**This project aimed to develop a blueprint for a border guarding system and a master plan for its realisation. In order to achieve these goals, ICMPD worked closely with the Albanian authorities to establish an International Border Guarding Task Force. The project also elaborated jointly with the Albanian authorities an action plan which was the basis for later funding by the programme CARDS, thanks to the blueprint of the Albanian border system provided.**

Project Name	Developing of the asylum system in Albania (2001/HLWG/127 and 2004/81185)
Location	**Albania**
Implementation period	**January 2002 – June 2006**
Implementing Partner	**UNHCR**
Budget/EC contribution	**€ 764.438, 87 / € 732.088 (B7-667)** **€2.000.000 / € 2.000.000 (2004/81185)**
Funding Programme	**HLWG – B7-667** **CARDS**
Responsible DG	**JLS and EC DEL Tirana**
Description	**The overall objective of these projects was to set up a functioning and effective mechanism for asylum and refugee protection in Albania. This projects work along the lines of a three-stage process: pre-procedure (access), procedure (refugee status determination) and post-procedure (durable solutions).** **In term of access to the asylum system, fair and efficient procedures for the border regime, consistent with International and European protection standards, are being developed and implemented.**

Project Name	Migrant Service Centres (CARDS)
Location	**Albania**

Implementing Partner	**IOM**
Funding Programme	**CARDS 2003**
Responsible DG	**EC DEL Tirana**
Description	**Migrant Service Centers were established p**roviding information and migration related service in particular to improve management of labour migration towards Italy.
Project Name	**"Combating irregular migration in Albania and the wider region; Targeted support to capacity building within the framework of readmission support to Albania" (2003/HLWG/055)**
Location	**Albania**
Implementation period	**December 2004 – June 2006**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 882.345,45; EU grant: € 705.876,36**
Funding Programme	**HLWG – B7-667**
Responsible DG	**JLS**
Description	**Relevant Albanian authorities received information on the EU best practices related to management of apprehended illegal migrants, received training (including on foreign languages), were adviced regarding the standards to be respected for the establishement of a reception center for illegal migrants in Albania, for the handling of the latter and for their repatriation to their home countries.**
Project Name	Implementation of the readmission agreement (CARDS)
Location	**Albania**
Budget/EC contribution	**€ 2.000.000**
Funding Programme	**CARDS 2004**
Responsible DG	**ELARG**
Project Name	Building a Mechanism to effectively and sustainable implement readmission agreements between Albania, the EC and third countries (2005/103499)
Location	**Albania**

Implementation period	**December 2005 – April 2008**
Implementing Partner	**Ministry of Interior, Public Administration and Decentralisation of the Hellenic Republic; IOM**
Budget/EC contribution	**€ 1.818.460 / € 1.454.768**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The project supported Albania to identify and manage the return of third country returned illegal migrants and to help reintegration of returned Albanians**.

Project Name	W.A.R.M. (2005/103559)
Location	**Albania**
Implementation period	**January 2006 – December 2008**
Implementing Partner	**Comune di Roma**
Budget/EC contribution	**€ 1.519.207 / € 1.215.196**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**Reintegration of Albanian returnees through their insertion on labour market and through micro-enterprises creation.**

Project Name	ALBAMAR (2005/103632)
Location	**Albania and Morocco**
Implementation period	**December 2005 – December 2008**
Implementing Partner	**COOPI - Cooperazione Internazionale**
Budget/EC contribution	**€ 1.668.216 / € 1.334.572**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**Definition and implementation of an integrated support to Moroccan and Albanian migrants forcedly or voluntarily repatriated from Italy**

	that are highly exposed to the risks of illegal migration and criminal activities
Project Name	Former et créer un réseau institutionnel pour l'identification, l'accueil et l'intégration durable des personnes en retour
Location	**Albania**
Implementation period	**January 2007 – December 2008**
Implementing Partner	**Associazione Centro Europa Per La Scuola Educazione E Societa-Ceses**
Budget/EC contribution	**€ 834.551 / € 652.443**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**Soutenir les institutions albanaises dans le processus de création d'un système efficace de gestion des flux des personnes en retour visé à la mise en œuvre de l'accord de réadmission avec la CE et à l'élimination des causes de l'émigration illégal.**

Bosnia and Herzegovina

Project Name	Support to Migration Management Capacities (2003/72875 and 2005/115633)
Location	**Bosnia and Herzegovina**
Implementation period	**November 2003 – January 2008**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 870.000 / € 870.000 (2003/72875)** **€ 1.200.000 / € 1.200.000(2005/115633)**
Funding Programme	**CARDS 2003 and 2005**
Responsible DG	**DEL Bosnia and Herzegovina**
Description	**These projects aim at ensuring that the Sector for Immigration and Asylum, established within the Ministry of Security have administrative and procedural capacity that will allow Bosnia and Herzegovina to effectively manage population movements, and develop a migration policy for Bosnia and Herzegovina that will be coordinated by the Ministry of Security and regularly reviewed; to ensure that management structures necessary for the effective implementation of migration policies and legislation, in line with the EU standards and practices are developed; to strengthen the legislative basis for the management of migration processes in Bosnia and Herzegovina by developing new legislation and by-laws and consolidating existing**

	legislation and procedures in line with EU standards and practices and other international norms; to establish a Migration Information System that will allow the Ministry of Security to collect and analyze information about non-citizens that will be used to develop migration policy, visa requirements and improve legislation and procedures.
Project Name	Support to Asylum Management Capacities (2003/072-091 and 2005/109048)
Location	**Bosnia and Herzegovina**
Implementation period	**October 2003 – June 2007**
Implementing Partner	**UNHCR**
Budget/EC contribution	**€ 1.000.000 / € 1.000.000 (2003/072-091)** **€ 800.000 / € 800.000 (2005/109048)**
Funding Programme	**CARDS**
Responsible DG	**EC DEL Sarajevo**
Description	**These projects have the following key objective: to establish a clearly identified and independent authority, as a competent "asylum unit" within the competent ministry, with responsibility for examining requests for refugee status and taking decisions on refugee status in the first instance.**
Project Name	Strengthening the protection of asylum seekers (2005/103661)
Location	**Bosnia and Herzegovina**
Implementation period	**January 2006 – December 2007**
Implementing Partner	**VASA PRAVA – Bosnia and Herzegovina**
Budget/EC contribution	**€ 856.932,56 / € 616.562,98**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**Ensuring a maximum protection and access to justice for asylum seekers, recognized refugees and other categories of persons under international protection in Bosnia and Herzegovina, and victims of human trafficking, ensuring the full access to their rights via the provision of free legal aid and information campaigns.**

Project Name	Support to EU support for the implementation of the Integrated Border Management Strategy for Bosnia and Hezegovina (2006/120289)
Location	**Bosnia and Herzegovina**
Implementation period	**May 2006 – April 2008**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 1.018.016 / € 1.000.000**
Funding Programme	**CARDS**
Responsible DG	**DEL Bosnia and Herzegovina**
Description	**EU support to the Indirect Taxation Agency (ITA), State Border Service, Veterinary and phyto-sanitary and market inspectorates by providing training, study tours and workshops, revision of legislation, and setting up a joint analysis centre.**

Croatia

Project Name	Protection of Asylum seekers in the Republic of Croatia and Regio (2005/103578)
Location	**Croatia**
Implementation period	**January 2006 – December 2008**
Implementing Partner	**Croatian Law Centre**
Budget/EC contribution	**€ 1.274.842,27 / € 1.000.000**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**Strengthening the protection in CRO and region (Bosnia and Herzegovina, Serbia, Montenegro) by developing asylum system consistent with international standards.**

The former Yugoslav Republic of Macedonia

Project Name	Enhancement of the asylum management system (2003/01/08)
Location	**The former Yugoslav Republic of Macedonia**
Implementation period	**April 2006 – December 2006**
Implementing Partner	**Transtec (BE)**
Budget/EC	**€ 160.000 / € 160.000**

contribution	
Funding Programme	**CARDS 2003**
Responsible DG	**ELARG**
Description	**The programme provides short-term technical assistance in the field of asylum regarding the definition of operational procedures on asylum and the design of an IT platform for the relevant line ministries. The aim of the project is to enhance the asylum management system in the country.**
Project Name	Construction of reception centre for asylum seekers (2002/01/14)
Location	**The former Yugoslav Republic of Macedonia**
Implementation period	**February 2005 – December 2006**
Implementing Partner	**GD Granit AD Skopje (MK)**
Budget/EC contribution	**€ 1.850.000 / € 1.850.000**
Funding Programme	**CARDS 2002**
Responsible DG or EC Delegation	**ELARG**
Description	**The project aims to construct a reception centre for asylum seekers. The centre will be located in the vicinity of Skopje and will have an administrative building for registration and administration of asylum seekers and several buildings for hosting asylum seekers. It will be able to host up to 150 persons, but the design includes possible future extension for up to 300 people.**
Project Name	Development of immigration and asylum strategy, legislation and action plan (2002/01/14; 2003/01/08)
Location	**The former Yugoslav Republic of Macedonia**
Implementation period	**February 2004 – December 2005**
Implementing Partner	**Charles Kendall & Partners Ltd (UK); B&S Europe (BE)**
Budget/EC contribution	**€ 160.000 / € 160.000 – CARDS 2002; € 1.000.000 / € 1.000.000 – CARDS 2003**
Funding Programme	**CARDS 2002 - 2003**
Responsible DG or EC Delegation	**ELARG**

Description	**The programme provided technical assistance and training to develop and implement the National Action Plan for Migration and Asylum. The TA team also provided amendments to primary and secondary legislation pertaining to the new Law on Asylum as well as assisted in the development of the new Law on the Movement and Residence of Foreigners. In the framework of the programme, a new project proposal has been launched that will look into the enhancement of the asylum management system in the country.**

Serbia[11]

Project Name	Building an Asylum structure in Serbia and Montenegro (2003/HLWG/046)
Location	**Serbia and Montenegro**
Implementation period	**October 2004 – October 2006**
Implementing Partner	**UNHCR**
Budget/EC contribution	**€ 762.936,02 / € 530.890,77**
Funding Programme	**B7-667 - HLWG**
Responsible DG	**JLS**
Description	**This UNHCR project was designed to assist the authorities in setting up an asylum structure. This implies defining competencies and responsibilities on asylum within the current constitutional framework; Adopting an asylum law at the state level; Putting a functioning body in charge of asylum seekers and refugees; Setting up a fair RSD (Refugee Determination Status) process; Establishing reception centres.** **The project target is to set up the initial phases of a functioning protection mechanism; a first step, which targets the achievement of the adoption of Refugee legislation and the establishment of reception centres. In March 2005, the asylum law of the SGC at the state level was adopted, but remains incomplete, despite active lobbying during the formulation of the law. Negotiations on defining the best location for the reception centres in Serbia and in Montenegro are ongoing. The target is to have a centre in Serbia with a capacity of accommodating 200 people and of 110 people minimum in Montenegro.**

Project Name	Building an Asylum structure in Serbia and Montenegro (2005/103439)
Location	**Serbia and Montenegro**
Implementation period	**January 2006 – December 2007**

[11] Projects which started before the separation of Serbia and Montenegro and which now cover both countries can be found under Serbia.

Implementing Partner	**UNHCR**
Budget/EC contribution	**€ 872.507,41 / € 698.005,92**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**Continuation of assistance to Serbia and Montenegro to develop their asylum structures.**

Project Name	Employed, Empowered – Serbia (2006/120-073)
Location	**Serbia**
Implementation period	**November 2006 – November 2008**
Implementing Partner	**Stichting Center for Democracy and Reconciliation in Southeast Europe**
Budget/EC contribution	**€ 699.834 / € 559.867**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The specific objective of the project is to support the durable reintegration of refugees, IDPs and returnees into society by researching solutions enabling them to build up sustainable livelihoods for themselves.**

Project Name	Support to the process of readmission through sustainable reintegration of returnees from Western Europe to Serbia and Montenegro (2006/120-168)
Location	**Serbia and Montenegro**
Implementation period	**January 2006 – June 2008**
Implementing Partner	**Kentro Anaptyxis kai Ekpaidefsis Evropaiki Prooptiki**
Budget/EC contribution	**€ 1.750.404,66 / €1.339.059,56**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**Overall objective of the action is support to the process of readmission through sustainable reintegration of returnees from Western Europe to**

	Serbia and Montenegro.
Turkey	
Project Name	Support to the Turkish Immigration authorities in the area of asylum (2001/HLWG/115)
Location	**Turkey**
Implementation period	**June 2002- November 2004**
Implementing Partner	**Bundesamt für die Anerkennung ausländischer Flüchtlinge (BAFL), Germany.**
Budget/EC contribution	**€ 577.800, 50 / € 457.628,00**
Funding Programme	**B7-667 – HLWG**
Responsible DG	**JLS**
Description	**The aim of this project implemented by the German Bundesamt für die Anerkennung ausländischer Flüchtlinge (BAFL) was to promote partnership with Turkey on migration policy in order to contribute to a better control and prevention of migration flows and to help to combat illegal migration by establishing an effective asylum system. It helped to develop an efficient and balanced migration administration in all fields, in particular the development and establishment of an asylum system, corresponding to the EU acquis. This project has also contributed to a certain extent to the progress in the planning of the new national asylum system and implementation of the EU acquis.**
Project Name	Development of the asylum system in Turkey (2001/HLWG/126 and 2002/HLWG/031)
Location	**Turkey**
Implementation period	**April 2002 – May 2005**
Implementing Partner	**UNHCR**
Budget/EC contribution	**€ 969.417.47; € 775.533.98 (**2001/HLWG/126) **€ 900.420,73 / € 596.800,00 (**2002/HLWG/031)
Funding Programme	**B7-667 – HLWG**
Responsible DG	**JLS**
Description	**The project initially focused on reinforcing the UNHCR branch to carry out the Refugee Status Determination (RSD) and building an information system. It also commissioned studies on the best practice of countries that could be a model for Turkey, organised training of officials and strengthened the temporary procedure. It enabled the**

	reduction of the back-log in the management of asylum files and enhanced co-operation between EU MS officials and Turkish officials. **The second project covered needs for infrastructure, training and information and aimed at to strengthening the asylum procedure, train government officials and disseminate best practices. It also looked for a deeper involvement of the civil society.**
Project Name	Refugee Support Program – Turkey (2006/120-126)
Location	**Turkey**
Implementation period	**January 2007 – December 2009**
Implementing Partner	**Helsinki Yurttaslar Dernegi**
Budget/EC contribution	**€ 732.340,36 / € 585.854,11**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The Refugee Support Program" of Helsinki Citizens' Assembly aims to develop legislation and national practices as regards international protection and asylum in Turkey, ensuring observance of the principle of "non refoulement" and to improve Turkey's capacity to cope with asylum seekers and refugees. Within this broader objective, the specific objective of the action is to improve asylum seekers' and refugees' access to international protection by improving their reception and detention conditions in Turkey through the provision of comprehensive legal and psychological services; public legal education and refugee empowerment; capacity building for civil society organizations, professionals and government agencies; and lobbying for progressive change in law and policy reflecting refugee rights under EC and international law.**
Project Name	Pilot Refugee Application Centre (PRAC) and Screening Unit (SU) (2006/120281)
Location	**Turkey**
Implementation period	**January 2007 – June 2009**
Implementing Partner	**Immigration and Naturalisation Service the Netherlands**
Budget/EC contribution	**€ 1.753.806 / € 997.915,61**
Funding Programme	**AENEAS 2005**

Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**Implementation of the National Action Plan on asylum and migration.** **Specific objective: The setting up of a Pilot Refugee Application Centre in Konya including a Screening Unit in Van.**

1.2 European Neighbourhood Policy partner countries in Eastern Europe and the Southern Caucasus

Regional Eastern Europe

Project Name	Dialogue and Technical capacity building in migration management: Central Asia, Russia, Afghanistan and Pakistan (2002/ HLWG/004)
Location	**Central Asia, Russia, Afghanistan and Pakistan**
Implementation period	**March 2003 – September 2005**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 1.488.765,15 / € 1.210.654**
Funding Programme	**B7-667**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The project aimed at fostering the dialogue between the Russian Federation and the Central Asiatic Republics, Afghanistan and Pakistan in the field of border and migration management. Meetings between officers of the involved countries, and a study tour, aimed at facilitating coordination, at sharing information and disseminating best practices were organised. Some focus was also placed on improving the management of some segments of the Russian-Kazakh border, where some equipment was delivered and a study tour was organised. The project also assisted the voluntary repatriation of some migrants.**

Project Name	Re-direction of the Budapest process activities to the CIS region (2003/HLWG/064)
Location	**Armenia, Azerbaijan, Belarus, Georgia, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Moldova, the Russian Federation, Tajikistan, Turkmenistan, Ukraine, Uzbekistan**
Implementation period	**March 2004 – July 2005**
Implementing Partner	**ICMPD**
Budget/EC contribution	**€ 760.383,60 / € 587.183,96**
Funding Programme	**B7-667**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**This project's aim** *was to collect in a comprehensive and comparable manner information* **and analysis of irregular flows of migration within, from and through the CIS region. The project sought also to establish a network of senior officials dealing with irregular migration, in order to**

	pave the way for a structured dialogue in the CIS region. The CIS countries are now brought into the framework of the Budapest process and are more aware of migration policies in the EU, by attending conferences with officials from other CIS countries, the EU Member States, the European Commission and international organisations.
Project Name	Towards sustainable partnerships for the effective governance of labour migration in the Russian Federation, the Caucasus and Central Asia (2006/120-072)
Location	**Russian Federation, Armenia, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tajikistan**
Implementation period	**December 2006 – December 2009**
Implementing Partner	**ILO - International Labour Organization**
Budget/EC contribution	**€ 2.433.508 / € 1.945.105**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The project focuses on key labour migration issues that are rising quickly on political agendas there and are essential components for stability and sustainable and equitable economic growth. There are five specific objectives: (1) To develop practical methods for assessing and forecasting labour market requirements with a view to improving migration governance; (2) to promote decent work and enhance the protection of migrant workers' rights; (3) to develop a system of earned regularisation and introduce sound regularisation policies and procedures; (4) to contribute to the productive utilization of the region's human resources by developing systems for the portability of qualifications and reducing bureaucratic obstacles to recruitment; and (5) to develop policies that enhance the positive impact of migration on development in origin countries.**
Project Name	The East-Central European Cross Border Co-operation Enhancement process (The Söderköping Process) (2003/HLWG/009 and 2005/103489)
Location	**Belarus , Moldova, Ukraine**
Implementation period	**May 2004 – December 2008**
Implementing Partner	**Swedish Migration Board, UNHCR, IOM**
Budget/EC contribution	**€ 997.500 / € 762.488,00 (2003/HLWG/009)** **€ 1.634.873,16 / € 1.307.898,40 (2005/103489)**
Funding Programme	**B7-667 – HLWG and AENEAS 2004**

Responsible DG	**JLS and EuropeAid**
Description	**This process provides training and a forum for comparing national experiences and disseminating best practices and for peer pressure mainly, but not exclusively, on asylum management, between WNIS countries, some EU MSs (with the Swedish Migration Board in a leading role), the UNHCR and the IOM. A Secretariat is now based in Kyiv.**
Project Name	The protection of refugees asylum seekers and forced migrants (2005/103619)
Location	**Belarus , Moldova, Ukraine, Russia**
Implementation period	**December 2005 – December 2008**
Implementing Partner	**European Council on Refugees and Exiles - ECRE**
Budget/EC contribution	**€ 705.331 / € 529.705**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**Improve the implementation in Belarus, Moldova, Ukraine and Russia of national and international refugee and human rights instruments – leading to increased security and protection for refugees.**
Project Name	Elimination of human trafficking from Moldova and Ukraine through labour market based measures (2006/120-079)
Location	**Moldova and Ukraine**

Implementation period	**November 2006 – October 2008**
Implementing Partner	**ILO and ICMPD**
Budget/EC contribution	**€ 935.615,97 / € 748.492,78**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The project offers a long-term perspective against trafficking in human beings in Moldova and Ukraine by addressing gaps in the current implementation of National Action Plans against Human Trafficking (NAP). Designed to strengthen national capacity in implementing NAP, this proposal aims in particular to involve labour market actors in prevention, reintegration and prosecution activities. The purpose is not only to support the prosecution and assistance to victims but also in particular to increase transparency, fairness and efficiency in the labour market as concerns job placements.**

Project Name	Combating Trafficking in Human Beings in Ukraine and Moldova (2006/120-250)
Location	**Moldova and Ukraine**
Implementation period	**January 2007 – December 2008**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 2.160.346,02 / € 1.728.276,82**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**IOM will run 6 shelters for victims, promote information campaigns with focus on schools, carry out training for law enforcement agencies, including judges, and facilitate their cooperation with NGOs.**

Belarus

Project Name	Combating Trafficking in Human Beings in the Republic of Belarus (2002/29979)
Location	**Belarus**
Implementation period	**September 2002 – November 2005**
Implementing Partner	**UNDP**

Budget/EC contribution	**€ 900.000 / € 900.000**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Kiev**
Description	**The project contributed to the fight against trafficking in human beings in Belarus.**

Project Name	Enhancing Border Management in Belarus - BOMBEL 1 (2005/100-530) & BOMBEL 2 (2006/104-281)
Location	**Belarus**
Implementation period	**March 2005 – December 2006** **September 2006 – December 2007**
Implementing Partner	**UNDP**
Budget/EC contribution	**€ 4.721.000 / € 4.500.000 (BOMBEL 1)** **€ 9.066.000 / € 8.800.000 (BOMBEL 2)**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Kiev**
Description	**Through the projects the EC funds a number of study visits and trainings and seminars which are organised with the involvement of EU MSs experts. Two European standard accommodation centres for irregular migrants (in Brest and in Pinsk) and a separate one for asylum seekers in the city of Pinsk have been / will be established, a dog training centre has been upgraded and equipped with modern technology, and various border control and surveillance equipment has been supplied. Furthermore the BOMBEL projects aim at modernising the equipment used by border troops in compliance with the EU standards, through the provision of computer-aided equipment and technology, motor-cars and lorries; engineering, technical, communication, radiation-measuring and other pieces of equipment; communication instrument, with the aim in particular of increasing the mobility of border troops along the green border and their capacity of surveillance on trains and at the border posts.**

Project Name	Strengthening Migration Management in Belarus - MIGRABEL (2006/104300)
Location	**Belarus**
Implementation period	**June 2006 – May 2008**

Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 775.000 / € 700.000**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Kiev**
Description	**Through this project the EC is contributing to establishing a travel document issuing and control system which will meet latest international standards and comply with biometric requirements. Moreover, a national database will be developed and will be able to store and process biometric data. Beneficiaries are the Ministry of Internal Affairs, the Ministry of Foreign Affairs and the State Border Guard Committee.**

Project Name	Strengthening Protection Capacity in Belarus (2006/120221)
Location	**Belarus**
Implementation period	**December 2006 – December 2008**
Implementing Partner	**UNHCR**
Budget/EC contribution	**€ 719.628,50 / € 575.702,80**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The overall objective of the action is to facilitate the development of the asylum system in Belarus.** **The specific objective is to develop an effective referral system in order to ensure the respect of the principle of non-refoulement.**

Additionally, under CBC 2006 Budget, Belarus is supposed to receive an additional €14 million assistance aimed at improving border controls through provision of equipment for border surveillance and the establishment of fibre optic cable networks to central authorities and between selected border crossing points. This latter component will facilitate smooth border and customs clearance thus reducing waiting hours at border crossing points and at the same time ensuring and improving security controls through modern data networks and/or control equipment. Furthermore technical assistance will also be offered, possibly through a twinning.

Moldova

Project Name	Combating trafficking in women (2002/30263)
Location	**Moldova**

Implementation period	**September 2002 – June 2004**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 600.000 / € 600.000**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Kiev**
Description	**This project aimed at providing law enforcement agencies with technical support and training as well as promoting cross-border cooperation, raising awareness among potential victims about the risks of being trafficked, assisting the actual victims by facilitating repatriation, offering medical and psychological cares and hospitality in a shelter.**

Project Name	Capacity building and technical cooperation for Moldovan border officials (TACIS/2003/077575)
Location	**Moldova**
Implementation period	**December 2003 – November 2005**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 1.100.000 / € 900.000**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Kiev**
Description	**This project aimed at providing training, technical assistance, and supply of equipment to** border guards **and other border officials in Moldova, with a particular view to enhance capacity of the Ungheni Border Guard Training Centre by providing physical facilities and equipment as well as by assisting in curricula development.**

Project Name	IOM Rehabilitation Centre for Victims of Trafficking (Chisinau, Moldova): Recovery, Rehabilitation and Reintegration through Comprehensive Care (TACIS/2004/72590)
Location	**Moldova**
Implementation period	**December 2004 – February 2006**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC	**€ 308.000 / €308.000**

contribution	
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Kiev**
Description	**The project set up a Rehabilitation Centre for Victims of Trafficking (Chisinau, Moldova), focussed on the recovery, rehabilitation and reintegration of the victims through comprehensive Care.**
Project Name	Enhancing border control management in the republic of Moldova (TACIS/2004/027521)
Location	**Moldova**
Implementation period	**December 2004 – December 2005**
Implementing Partner	**UNDP**
Budget/EC contribution	**€ 1.850.000**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Kiev**
Description	**The project aimed at strengthening border control capacities at selected Moldovan border crossing points through the supply of equipment and training.**
Project Name	Strengthening Migration Management in Moldova - MIGRAMOL (2006/104300)
Location	**Moldova**
Implementation period	**June 2006 – May 2008**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 775.000 / € 700.000**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Kiev**
Description	**The aim of this project is to improve migration management capacity with a particular focus on the treatment of irregular migrants. The core activity under the project is to ensure international standards in the accommodation of irregular migrants with the refurbishment of an accommodation facility, to develop a health care system (including the**

	creation of a health post), in order to provide medical assistance to irregular migrants held, to train staff and develop norms and guidelines for the management of an accommodation facility in accordance with the best international standards and most particularly with the standards set by the Council of Europe, the European Court of Human Rights and the Committee for Prevention of the Torture.
Project Name	Improvement of Border Controls at the Moldovan-Ukrainian State Border - BOMMOLUK 1 (2006/125442)
Location	**Moldova and Ukraine**
Implementation period	**September 2006 – December 2007**
Implementing Partner	**UNDP**
Budget/EC contribution	**€ 3.250.000 / € 3.000.000**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Kiev**
Description	**The objective of this project is to build up appropriate and institutional capacity in Moldova and Ukraine to ensure effective border and customs controls and border surveillance with particular attention to the Moldovan-Ukrainian state border.**
Project Name	EU Border Assistance Mission to Ukraine and Moldova - EUBAM (RRM and TACIS)
Location	**Ukraine and Moldova**
Implementation period	**November 2005 – December 2008**
Implementing Partner	**UNDP**
Budget/EC contribution	**RRM: € 4.000.000** **TACIS: € 24.200.000 (not all yet contracted)**
Funding Programme	**RRM and TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Kiev**
Description	**The objective of this project is to contribute to the enhancement of the overall border and customs management capacities of Moldova and Ukraine border officials and to contribute to a peaceful solution to the Transniestria conflict. The deployment of the** EUBAM mission **along the Moldovan-Ukrainian border as well as along the Moldovan internal/administrative boundary was initiated with particular attention to the Transnistrian border sector, which the Moldovan authorities can**

	not effectively manage. 17 EU Member States provide significant financial contribution to EUBAM's activities through the secondment of border police and customs personnel whose salaries are being paid by the EU Member States' administration.
Project Name	Beyond Poverty Alleviation: Developing a Legal, Regulatory and Institutional Framework for Leveraging Migrant Remittances for Entrepreneurial Growth in Moldova (2006/120234)
Location	**Moldova**
Implementation period	**January 2007 – December 2008**
Implementing Partner	**IOM – International Organisation for Migration**
Budget/EC contribution	**€ 997.700 / € 794.665,38**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**This project aims at maximising the positive effects of migration on development, by promoting the cheaper transfer and providing advice for the most rentable use of migrants** remittances **in view of pro-development projects.**

Additionally, under CBC 2006 Budget Moldova is supposed to receive an additional €12 million assistance aimed at improving border controls through provision of equipment for border surveillance and the establishment of fibre optic cable networks to central authorities and between selected border crossing points. This latter component will facilitate smooth border and customs clearance thus reducing waiting hours at border crossing points and at the same time ensuring and improving security controls through modern data networks and/or control equipment. Furthermore technical assistance will also be offered, possibly through a twinning.

A TACIS RAP 2005 allocation of €6.6 million will enable to complete the demarcation of the Ukrainian- Moldovan border (the project will concentrate on the Southern border in front of the Black sea and on the Transnestrian sector, as the remaining parts were already ensured by the Ukrainian and Moldovan State Funds) and to set joint border posts.

Ukraine

Project Name	Fight against trafficking in human beings-Ukraine (2003/69572)
Location	**Ukraine**
Implementation period	**December 2003- June 2006**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 1.892.000 / € 1.892.000**

Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Kiev**
Description	**The project covered three areas in this regard:** **1) prevention of trafficking through dissemination of information and increase of public awareness;** **2) prosecution and criminalisation of trafficking and building up capacity of Ukrainian law enforcement and judicial authorities;** **3) protection and reintegration of victims through assisting victims with legal, medical and psychological help, shelter and micro-grants as an income generating basis.**
Project Name	Reinforcing the State Border Guard Service of Ukraine's Human Resources Management System (TACIS/2005/115-592)
Location	**Ukraine**
Implementation period	**December 2005 – December 2007**
Implementing Partner	**International Organization for Migration**
Budget/EC contribution	**€ 4.341.000 / € 4.000.000**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**DEL Ukraine**
Description	**Support to the State Border Guard Service's strategy towards an EU-type border police / law enforcement agency aimed at reforming the human resources management system (legislation, staff recruitment, staff training, career development).By the involvement of Hungarian and Polish border guards, it aims at improving human resources management, starting from recruitment, the development of training strategies, plans and curricula in line with EU standards and requirements, and being completed with a career development programme for border guard personnel. The programme will support the transition of a military-type structured entity towards a European-type law enforcement entity.**
Project Name	"Establishment of migration management in Zakarpattya in Ukraine" (2003/HLWG/039) and "Enhancing Capacities in the Area of Protection and Treatment of Refugees and Asylum Seekers in Zakarpattya /Western Ukraine" (2006/120-173)
Location	**Ukraine**

Implementation period	**June 2004 – June 2008**
Implementing Partner	**Osterreichische Caritaszentrale**
Budget/EC contribution	**€ 1.627.823,77 / € 1.302.259,02 (2003/HLWG/039)** **€ 874.928,04/ € 699.942,43 (2006/120-173)**
Funding Programme	**HLWG B7-667** **AENEAS 2005**
Responsible DG	**JLS and EuropeAid**
Description	**The projects have a humanitarian component, improving the living conditions of apprehended migrants in Zakarpattya. In addition, the activities contribute to the improvement of counselling, protection and registration of refugees while being detained and during all phases of their asylum procedure as well as to the improvement of cooperation and exchange of migration authorities and NGOs specialised in the field.**

Project Name	Monitor and promote the respect of human rights and fundamental freedoms of refugees and migrants
Location	**Ukraine**
Implementing Partner	Chernihiv Public Committee for Human Rights Protection
Budget/EC contribution	**€ 78.000**
Responsible DG/Del	**EIDHR (European Initiative for Democracy and Human Rights)**
Description	**This project is implemented with the aim to monitor and promote the respect of human rights and fundamental freedoms of refugees and migrants with focus on the regions of Chernihiv, Kharkiv, Sumy, Zakarpattya and Lviv.**

Project Name	Assistance to the Legal and Administrative Reforms in Ukraine in the Sphere of Migration and Refugees' Protection According to the Norms and Standards of the European Union (2004/87047)
Location	**Ukraine**
Implementation period	**July 2006 – March 2007**
Implementing Partner	**Ludwig Boltzmann Institute**
Budget/EC contribution	**€ 500.000 / € 500.000**

Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Kiev**
Description	**The project's objective is to increase the competence of the staff of Ukrainian institutions in asylum and asylum related matters and the inter-institutional cooperation of the institutions involved by establishing internal working relations.**
Project Name	Strengthening Asylum and Protection Capacity in Ukraine by Enhancing the Capacity of Governmental and Civil Society Stakeholders in a Participatory Approach and Cross-sector Co-operation (2006/120-176)
Location	**Ukraine**
Implementation period	**January 2007 – December 2008**
Implementing Partner	**Dansk Flygtningehjaelp**
Budget/EC contribution	**€ 534397,23 / € 427517,78**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**To ensure that the Ukrainian asylum and refugee system is able to function in a transparent manner and in accordance with principles based on human rights and rule of law and in a participatory approach with civil society capacities.**
Project Name	Strengthening capacities and cooperation in the identification of forged and falsified documents in Ukraine (2006/120-195)
Location	**Ukraine**
Implementation period	**January 2007 – December 2008**
Implementing Partner	**ICMPD**
Budget/EC contribution	**€ 783.161,25 / € 626.400,6**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**To contribute to an increased effectiveness in the fight against illegal migration by the Ukrainian authorities.**

Project Name	Capacity building of Migration management: Ukraine Phase I and Phase II (2004/096-462 and 2006/124-449)
Location	**Ukraine**
Implementation period	**March 2005 – December 2007**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 4.204.672 / €3.781.505 (2004/096-462)** **€ 3.074.474 / € 2.767.000 (2006/124-449)**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**DEL Ukraine**
Description	**The activities aim at enhancing the capacity of the Government of Ukraine (GoU) to manage the migration flows and control the illegal movement of migrants to and through the territory of Ukraine. The projects seeks to do so by carrying out various interlinked actions, i.e. an assessment of migration situation, the development of best practices, based upon international standards and conventions, the refurbishment of accommodation centres for detained migrants and the piloting of a voluntary return programme, and to support the GoU's efforts to comply with and ensure European best practices and humanitarian standards set by the Council of Europe, the European Court of Human Rights, and the CPT as well as the harmonisation with the EU acquis communautaire.**

Several projects were funded by TACIS (from RAP 2000 until NAP 2005) in view of providing the border guards of Ukraine with better equipment to control the green border and the land border crossing points (walky-talkies, radios for long distance communication including data transmission, 4 wheels cars, night-visors, metal detectors, passport readers, computers, software for data registration etc.) along the entire **Northern and Eastern border with Belarus and Russia**, and the **South-West border with Moldova** for an overall amount of approximately €20 million.

Under the TACIS NAP 2006, an allocation of €5 million (within a larger project addressing also Customs Service) is available to promote further improvement of the quality of Border Guards capacity of surveillance and alignment to the EU/Schengen standards. Both through this allocation and an additional €4 million which is available under the CBC programme (2006 budget) it will be possible to procure additional border equipment.

Regional Southern Caucasus

Project Name	An integrated approach to promoting legal migration through national capacity building (2005/103475)
Location	**South Caucasus**
Implementation period	**January 2006 – December 2007**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 971.747 / € 777.397**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The project contributed to the creation in the three countries of Migration Resource Centers, where information about potential and actual migrants are collected for the benefit of employers and students, and potential migrants can find information about the rules of legal migration and the risks of illegal migration. MRCs were established in 2006 in Yerevan (Armenia), Baku and Nakhchivan (Azerbaijan), Tbilisi, Kutaisi and Gurjaani (Georgia).**

Project Name	Towards sustainable partnerships for the effective governance of labour migration in the Russian Federation, the Caucasus and Central Asia (2006/120-072)
Location	**Russian Federation, Armenia, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tajikistan**
Implementation period	**December 2006 – November 2009**
Implementing Partner	**ILO - International Labour Organization**
Budget/EC contribution	**€ 2.433.508 / €1.945.105**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**This project aims at promoting a better management of legal economic migration and at increasing the level of protection of migrants' rights through seminars, trainings and legal advice in several NIS. In particular in the Russian federation it aims at developing practical methods for assessing and forecasting labour market requirements with a view to improving migration governance, as well as a system of earned regularisation and introduce sound regularisation policies and procedures.**

Project Name	NGO and Governmental Cooperation Across the South Caucasus to Develop a Joint Response to Trafficking in Women and Children (2006/118051)
Location	**Armenia, Azerbaijan and Georgia**
Implementing Partner	**Eesti Naisuurimus Ja Teabekeskus Mtu (Estonian Women's Studies and Resource Center)**
Budget/EC contribution	**€600.000 / € 480.000**
Funding Programme	**EIDHR (European Initiative for Democracy and Human Rights)**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The project's goal is to raise the qualification of law enforcement staff, social services and journalists. It will establish links between these actors and establish regional referral mechanisms. The project will carry out a public awareness campaign about trafficking. It will carry out regional research and regular monitoring of the situation.**

Project Name	Development of a comprehensive anti-trafficking response in Armenia, Azerbaijan and Georgia (2006/104772)
Location	**Armenia, Azerbaijan and Georgia**
Implementation period	**January 2007 – December 2008**
Implementing Partner	**ILO with ICMPD, OSCE**
Budget/EC contribution	**€ 1.874.989,76 / € 1.500.000**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**This regional project aims at contributing to the progressive reduction of trafficking in human beings in the SC countries through capacity building and empowerment of actual and potential victims. It includes revision of National strategies and support to their implementation, awareness raising, strengthening capacity of national authorities and improve identification, protection and reintegration of victims.**

Armenia

Project Name	Support to Migration Policy Development and Relevant Capacity Building in Armenia (2006/120-233)
Location	**Armenia**

Implementation period	**December 2006 – November 2009**
Implementing Partner	**The British Council**
Budget/EC contribution	**€ 845.607 / € 676.485,6**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	***1. Raising people's awareness on issues, costs, risks, rights and responsibilities associated with migration; contribute to the development of public demand for an improved legal framework f*** **2. Create a structure responsible for providing advice and reintegration assistance to Armenian nationals returning from abroad. Material help will be envisaged, if at all possible, in order to further minimise the risk of repeated emigration.** **3. Assisting state agencies in the process of drafting legislation and regulating migration.**

Azerbaijan

Project Name	Establishment of Integrated Border Management Model at the Southern Border of Azerbaijan (TACIS/2006/109-609)
Location	**Azerbaijan**
Implementation period	**June 2006 – June 2008**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 2.185.799 / € 1.987.090**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The project will facilitate an enhanced cooperation among law enforcement agencies in the fight against border-related crimes, support the establishment and the activities of a Border Guards Training School, and contribute to procure border equipment and to improve border infrastructure. The project aims to pilot an Integrated Border Management Model at the Southern Border of Azerbaijan, in an area comprising 30 km of border intersection with Iran, including the international Border Crossing Point at Bilasuvar. The latter is the fastest land connection between Baku and Iran, and with the Nakhichevan exclave of Azerbaijan, and is the longest border Azerbaijan shares with any other country.**

Georgia

Project Name	Toward Durable Re-integration Mechanisms in Georgia (2006/120-074)
Location	**Georgia**
Implementation period	**January 2007 – October 2008**
Implementing Partner	**Dansk Flygtningehjaelp**
Budget/EC contribution	**€ 639.352,80 / € 511.354,37**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The Georgian Ministry of Refugees and Accommodation (MRA) capacitated to implement its mandatory function of supporting re-integration of returning migrants, rejected asylum seekers and other displaced groups MRA capacitated to take a co-ordinating function on issues related to re-integration of returning migrants and rejected asylum seekers vis-à-vis the relevant Georgian state actors and European Governments engaged in bilateral support to re-integration.**

Project Name	Prevention of trafficking in human beings, monitoring and support to the implementation of the National Action Plan on counter trafficking (2006/122530)
Location	**Georgia**

Implementation period	**September 2006 – December 2007**
Implementing Partner	**Peoples Harmonious Development Society Association**
Budget/EC contribution	**€ 77.580 / € 50.000**
Funding Programme	**EIDHR (European Initiative for Democracy and Human Rights)**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**This micro-grant is supporting the fight against trafficking in human beings in Georgia through prevention and development of institutional mechanisms for prosecution of trafficking and protection of trafficking victims as well as through the monitoring and support to the implementation of the Plan of Action against Trafficking.**

Project Name	Contribute to the transformation of the Georgian Border Guards into a civilian agency under the Ministry of Interior**.** (2006/)
Location	**Georgia**
Implementation period	**January 2006 – July 2007**
Implementing Partner	**Finnish Border Guards**
Budget/EC contribution	**€ 1.000.000**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC Delegation Tblisi**
Description	**The project aims to establish and equip a Border Police faculty in the Georgian Police Academy. An additional €1 million available under TACIS NAP 2004 and should be used to continue with assistance to the Georgian Border Guard Faculty for one more year, contract to be signed before July 2007.**

1.3 Russian Federation

Project Name	"House for Asylum seekers and Refugees in Saint Petersburg" (2003/HLWG/076) and "Complex action for improvement of refugees reception system in St. Petersburg – Russia"(2006/120-135)
Location	**Russian Federation**
Implementation period	**March 2005 – October 2008**
Implementing Partner	**St. Petersburg Centre for International Cooperation of the Red Cross**
Budget/EC contribution	**€ 897.500 / € 698.740,00 (2003/HLWG/076)** **€ 664.856,20 / €502.764,26 (2006/120-135)**
Funding Programme	**HLWG B7-667 and AENEAS 2005**
Responsible DG	**JLS and EuropeAid**
Description	**The project aims to increase the capacities of St Petersburg in the reception, registration, documentation and integration of refugees and asylum seekers and the protection of their rights by means of supplying them with legal, psychological, medical and social assistance and temporary settlement in a special building.**

Project Name	Migration Rights: Network of Legal Assistance to Refugees and Forced Migrants in Russian Regions (2003/HLWG/082 and 2006/120-166)
Location	**Russian Federation**
Implementation period	**January 2005 – December 2009**
Implementing Partner	**Memorial Human Rights Centre**
Budget/EC contribution	**€ 762.675,50 / € 1.042.672,82 (2003/HLWG/082)** **€ 1.756.092,84 / 1.404.874,27 (2006/120-166)**
Funding Programme	**HLWG and AENEAS**
Responsible DG	**JLS and EuropeAid**
Description	**The projects foresee at providing legal counselling and representing forced migrants in the courts, the development of the asylum system in the Russian Federation, establishing a system of effective international protection for forced migrants in Russia and promoting respect for international standards and rights for refugees, stateless persons, IDPs and forced and labour migrants.**

Project Name	Assistance to the Government of the Russian Federation in Establishing a Legal and Administrative Framework for the Development and Implementation of Readmission Agreements (2006/120-282)
Location	**Russian Federation**
Implementation period	**February 2007 – January 2009**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 1.756.092,84 / € 1.404.874,27**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**With this project, the EC provides assistance to the Russian Federal Migration Service in its preparation towards the implementation of the readmission agreement with the EC. The project aims more specifically to upgrade the treatment of readmitted illegal migrants that are nationals of third countries, through promoting the creation of a model centre in Pskov and disseminating information on best practices in this field (including on assisted voluntary returns).**

Project Name	Prevention of Human Trafficking (2005/115237)
Location	**Russian Federation**
Implementation period	**March 2006 – August 2008**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 4.444.444 / € 4.000.000**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC DEL Moscow**

Description	**The main objective of the project is to combat trafficking in human beings in the Russian Federation as a country of origin, transit and destination – by: (i) improving the legislative framework and the State policies regarding human trafficking, including the national capacity to assess and measure this phenomenon in Russia; (ii) strengthening the capacity of the relevant law enforcement agencies to combat human trafficking; raising awareness amongst the risk group, general public and relevant Russian authorities, NGOs and diplomatic missions of foreign states; and (iii) building the capacity of the national authorities and local NGO networks to protect and reintegrate victims of trafficking.**

2. Other regions

2.1 Eastern Mediterranean ENP partner countries (Syria, Lebanon and Jordan) and Middle Eastern countries (Iran and Iraq)

Regional

Project Name	International migration from Middle East and North Africa (2005/103579)
Location	**Middle East and North Africa**
Implementation period	**January 2006 – December 2008**
Implementing Partner	**World Bank**
Budget/EC contribution	**€ 916.963 / € 733.570**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**Identify and support the implementation of projects, policies, regional arrangements, and institutional reforms that will maximise the benefits of international migration flows and reduce their costs.**

Project Name	Management of asylum and migration in North Africa and improving protection of for asylum-seekers and refugees in Jordan, Lebanon and Syria, with focus on Iraqis' (2006/126-820)
Location	**Middle East and North Africa**

Implementation period	**January 2007 – December 2008**
Implementing Partner	**UNHCR**
Budget/EC contribution	**€ 5.000.000 / € 4.000.000**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**€1 m of the total budget is reserved to strengthen the protection mechanisms in Jordan, Syria and Lebanon, with particular focus on Iraqi refugees and asylum-seekers.**

Project Name	Enhancing civil society participation in human rights management of migration (2005/103558)
Location	**Middle East and North Africa**
Implementation period	**December 2005 – March 2008**
Implementing Partner	**Euro-Mediterranean Human Rights Network -EMHRN**
Budget/EC contribution	**€ 669.499 / € 535.598**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**This project supports the work of NGOs dealing with migrants and asylum seekers in all the Maghreb and Mashrek countries, including Jordan, Lebanon and Syria.**

Lebanon

Project Name	Legal protection to migrant workers and asylum seekers in Lebanon (2001/50530)
Location	**Lebanon**
Implementation period	**April 2003 – March 2007**
Implementing Partner	**Caritas**
Budget/EC contribution	**€ 761.300 / € 761.300**
Funding Programme	**MEDA**
Responsible DG	**EuropeAid**

Description	**The overall objective of this project is the protection of the human and legal rights of migrant workers and asylum-seekers in Lebanon.** **By the end of its implementation period:** **1. The existing legal protections for migrants' rights will be enforced in the courts of Lebanon and migrants will have access to the legal and social counselling necessary to take advantage of these protections;** **2. Migrants and asylum-seekers will be more capable of protecting themselves from abuse, exploitation and detention by understanding and using the legal process and their social networks;** **3. The Lebanese public will be informed of the legal and human rights of the migrants working and living among them and of the nature and extent of the abuse and exploitation they experience;** **4. The official administrative instructions and general practices regulating the status and treatment of migrant workers, especially female household workers, will provide greater protection for their human and legal rights.**

2.2 Central Asia

Regional

Project Name	Border Management in Central Asia (BOMCA)
Location	**Kazakhstan, Kyrgystan, Tajikistan, Turkmenistan, Uzbekistan**
Implementation period	**From 2003 - ongoing**
Implementing Partner	**UNDP**
Budget/EC contribution	**€ 13.600.000 (additional €12 million reserved)**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EC Delegation Almaty**
Description	**The overall objectives of the programme are 1) to enhance security in Central Asia; 2) to reduce the flow of illicit traffic through the countries of the region; 3) to contribute to an increased flow of persons and legal goods across Central Asian borders. The specific objective of BOMCA is to strengthen the five countries' capacities in managing their borders in accordance with European best practices. The programme addresses all the issues related to border management, including improvement of relevant legislation, training, study tours, funding of infrastructures, supplying of equipment for upgrading of security at border crossing points, on certain parts of the green border of the countries and in selected airports. It supports as well training centres, facilitated networking and regional coordination.**

Project Name	Central Asian Labour Migration Programme (2006/131406)

Location	**Central Asia**
Implementation period	**November 2006 – October 2008**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 1.900.000 / € 1.700.000**
Funding Programme	**TACIS**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The project supports in Kazakhstan the improvement of labour migration data and statistics, the development of a national labour migration strategy, capacity building for migration authorities, protection of migrants' rights via NGOs, while in sending countries like Tajikistan, Kirghizstan and Uzbekistan it is aimed at better regulating and inspecting employment agencies, increasing information for would be migrants, enhancing capacities of national authorities to protect nationals working abroad. At regional level the project promotes raising awareness among decision makers and promotes coordination and dialogue.**

Tajikistan

Project Name	Enhancing Development Impact of Remittances and Promoting legal migration in Rural Communities. (2006/120-262)
Location	**Tajikistan**
Implementation period	**January 2007 – December 2008**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 669.655 / 535.724**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**To enhance the development impact of labour migration and remittances in migrant sending areas through remittance-linked education and investment initiatives as well as promoting legal migration through information dissemination and training of community based entities on reality of labour migration.**

2.3 Asian countries of origin

As regards Asiatic countries, a big distinction is to be made between 1) actions providing material help to internally displaced people (IDPs) of countries in crisis situations or to its nationals having massively fled in a neighbouring country, which were carried out mainly through the "Aid to Uprooted People" budget line, and 2) actions more specifically addressing other aspects of migrations and in particular migrations towards the EU.

As concerns the "Aid to Uprooted People" budget line, there have been several large scale interventions concentrated in a few countries. Among them Afghanistan was a priority. €145.4 million was allocated between 2001 and 2006. Interventions aimed at facilitating return and reintegration of internally displaced Afghans or Afghans willing to repatriate in particular from Iran and Pakistan by facilitating land and houses recovery, access to information and employment, removal of various legal and material obstacles. The programme also supported the functioning of the Afghanistan Comprehensive Solutions Unit (ACSU), whose task is to steer the overall collection of information on Afghans abroad and promotion and coordination of their return and reintegration back home, while coordinating among all the State agencies and the actors involved into this process.

Furthermore, the "Aid to Uprooted people" budget line mobilised between 2001 and 2004 up to €3.8 million to support Bhutanese refugees in Nepal**.** In the same period, €26 million were allocated to help Burmese refugees in Burma, Bangladesh and Thailand. Additional €18 million were allocated under the budgets 2005 and 2006 of that budget line.

In Indonesia €15.7 million were mobilised by the "Aid to Uprooted people" budget line, with focus on Sulawesi and Timor populations.

The "Aid to Uprooted people" budget line mobilised €8.5 million between 2001 and 2004 for projects implemented by UNHCR in the Philippines aimed at assisting internally displaced people, with special focus on Mindanao. At the same time, in Sri Lanka the "Aid to Uprooted people" budget line provided up to €15.5 million between 2001 and 2004 for projects implemented by UNHCR aimed at assisting internally displaced people.

Furthermore many more interventions of a purely humanitarian nature were promoted by ECHO.

Project Name	Regional Dialogue and Program on facilitating managed and legal migration between Asia and the EU (2005/103523)
Location	**Asia**
Implementation period	**December 2005 – December 2007**

Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 1.060.728 / € 848.583**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**Develop legal migration and enhance regional dialogue and cooperation in facilitating managed migration from Asia to the EU.**

Project Name	Asian Programme of the Governance of Labour Migration (2005/103503)
Location	**Countries of the Mekong region, China, Korea, Japan and South Asia**
Implementation period	**January 2006 – December 2008**
Implementing Partner	**ILO and UNIFEM**
Budget/EC contribution	**€ 2.447.840 / € 1.955.335**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The project aims to promote active dialogue and cooperation for enhanced gender and rights-based management of labour migration among countries in the Asian region, and thereby minimize exploitative and abusive treatment of migrant workers. The project contributes to the adoption of appropriate policies and the enactment of enabling laws, the training of labour administrators, improving information systems for decision-making, and promoting bilateral agreements and regular consultations among the countries in the region.**

Bangladesh

Project Name	Anti-Trafficking of Human Beings within the Police Reform Programme (Asia/2006/124252)
Location	**Bangladesh**

Implementation period	**January 2007 – October 2009**
Implementing Partner	**UNDP**
Budget/EC contribution	**€13.700.000 / € 2.000.000**
Funding Programme	**ALA**
Responsible DG	**DEL Dhaka**
Description	**Within the framework of a much larger (13.7m€) reform programme for the Bangladeshi police funded by DFID and UNPD, the EC funds one component which will focus on introducing a victim oriented approach, and should provide details on how the Ministry of Home Affairs and the police will improve the capacity of the police to investigate THB, on the one hand by ensuring that witnesses are treated in such a way that they feel safe and comfortable enough by supporting the investigations and on the other hand to have the capacity to investigate cases without being fully dependent on victim-witnesses. The project also strives to increase access to justice to victims of human trafficking, create understanding among police officers how to deal with trafficking cases, and how and when to work together closely with other Ministries, the NGO community, and international organisations to ensure best possible referral of the victims.**

China

Project Name	Capacity Building For Migration Management in China (2006/120-244)
Location	**Philippines**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 2499548,85 / € 1999639,08**
Funding Programme	**AENEAS 2005**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**IOM is supported to contribute to the reduction of illegal migration from, into and through the PRC, including to the EU; to support the enhancement of the national capacity for migration management in the PRC; to contribute to building a sustainable and viable network of partnerships and cooperation in the area of migration between the administration of the PRC and EU MS and to increase mutual understanding and knowledge of respective approaches to migration and migration management between the PRC and the EU.**

Project Name	MIGRAMACAO (2005/103671)

Location	**Macao**
Implementation period	**January 2006 – December 2007**
Implementing Partner	**Cabinet of Secretary for Security of the Macao Special Administrative Region**
Budget/EC contribution	**€ 626.131 / € 500.904,80**
Funding Programme	**AENEAS 2004**
Responsible DG	**EuropeAid**
Description	**The aim of the MIGRAMACAU action is to ensure entities of Macao more effective management in all aspects of migration flows, including the prevention and combating of illegal migration and trafficking of human beings through the cooperation with regional countries and the coordination with the EC.**

Philippines

Project Name	Philippines Border Management Project (2005/113-343)
Location	**Philippines**
Implementation period	**January 2006 – January 2009**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 5.145.000 / € 4.900.000**
Funding Programme	**ALA**
Responsible DG	**DEL Manila**
Description	**This project contributes to the efforts of the Government of the Philippines towards a more professional migration and border management in line with international norms and protocols.**

Project Name	"The Opportunity Card" (2003/HLWG/031)
Location	**Philippines**
Implementation period	**June 2004 – December 2005**
Implementing Partner	**Opportunity International**
Budget/EC contribution	**€ 701.417,11 / € 530.055,00**

Funding Programme	**HLWG – B7-667**
Responsible DG	**JLS**
Description	**The project led by Opportunity International UK (an international network of microfinance organisations) aims to provide a remittance product for overseas Filipino workers to remit monies back to the Philippines. The product provides a secure and economically competitive means for remittances to be made and uses the HSBC (bank) Money transfer product which takes the form of a cash card to be held by the recipients of the remittance. The initial target is of 15,000 new cards.** **The aim was thus to increase the amount of remittances as a tool to alleviate poverty by making them more accessible, cost and time-effective and safe.**

Sri Lanka

Project Name	Possible Establishment of an Information Exchange System Field-Based Country of Origin Information System With Regard to Sri Lanka (2001/HLWG/122)
Location	**Sri Lanka**
Implementation period	**January 2002 – April 2005**
Implementing Partner	**ICMPD**
Budget/EC contribution	**€ 1.079.663,55; EU grant: € 863.731,00**
Funding Programme	**HLWG – B7-667**
Responsible DG	**JLS**
Description	**The purpose of this project was to provide country of origin information to interested Governments when dealing with pre-departure return planning of Sri Lankan nationals and therefore facilitating a more successful integration of Sri Lankan national returnees.**

Project Name	Capacity Building in Migration Management and Sustainable Return and Reintegration in Sri Lanka (2001/HLWG/130, 2002/HLWG/002, 2003/HLWG/060, 2005/103522)
Location	**Sri Lanka**
Implementation period	**December 2001 – November 2007**
Implementing Partner	**IOM**
Budget/EC contribution	**€ 1.353.141 / € 1.082.513 (2001/HLWG/130)**

	€ 600.000 / € 507.713,70 (2002/HLWG/002) **€ 1.115.397,90 / € 892.318,32 (2003/HLWG/060)** **€ 2.341.830 / € 1.873.464 (2005/103522)**
Funding Programme	**HLWG and AENEAS**
Responsible DG	**JLS and EuropeAid**
Description	**The EC's support to Sri Lanka focuses at strengthening the capacity of Sri Lanka to manage migration, enhance regular migration, support assisted voluntary return and reintegration and foster economic relations and exchange of experience between Sri Lankan migrants and their home country. In addition, the four projects strived to build the capacity of the Sri Lankan government to reduce irregular migration into and through Sri Lanka, and a wide range of training activities were conducted, both within Sri Lanka as is the EU.**

Annex III:
Overview of the migratory situation and flows from and in the Eastern and South-Eastern regions neighbouring the EU and statistics

The latest available data indicates that around 5.5 million migrants from countries in the Eastern and South-Eastern regions are residing **legally** in the EU, which represents nearly 30% of all resident third-country nationals. The most important countries of origin are Turkey, Serbia, Montenegro, Albania and Ukraine.

In terms of **illegal immigration**, and in comparison to migration from Africa, migration from the Eastern and South-Eastern regions is different in nature: the flows are more constant (there is no specific seasonal cycle), more diffuse (given the multiplicity of possible entry points and the fact that an important share of illegal immigration is due to persons who enter the EU legally but overstay their visa) and more under the control of networks connected with organised crime and involved in multiform criminal businesses.

As regards numbers, a rough analysis suggests that migration flows to the EU originating in neighbouring countries reached its peak at the end of the 1990s and that this is now stabilising if not slightly declining; this is a trend that is likely to continue due to economic growth and increased political stability. At the same time there is evidence that migrants from Asia are seeking new routes into the EU via Africa, the Mediterranean and the Atlantic. It is predicted that flows from Asia will increase.

While illegal immigration negatively impacts on the EU, countries of origin are also significantly affected by migration. Whilst in some cases, attracting migrant labour is an important concern for the EU given the sharp decline in population, for countries of origin difficult economic situations can generate high levels of emigration among people of working age, people who may then however remit important earnings to their country of origin.

Assessing the scale and nature of **migratory flows** from, through or to the countries in the Eastern and South-Eastern regions neighbouring the EU is a difficult task which must take into account the changes in the EU's external borders: following enlargement of the Union to include Bulgaria and Romania, the EU now has more extended external borders with Serbia, the former Yugoslav Republic of Macedonia, Ukraine and Turkey; a new external border with Moldova; and an additional external sea border at the Black Sea which brings the countries of the Southern Caucasus closer. Land borders are also due to change as soon as the newer Member States join the Schengen area. As the borders of the EU shift, migratory routes also shift, displacing existing routes or adding new ones. New routes also appear when certain routes are closed off following increased action by enforcement agencies charged with tackling illegal immigration and organised crime. In addition, in recent years migratory flows have increasingly diversified and new migratory flows are emerging alongside traditional and relatively long-standing ones. In this context, migration is more difficult to manage and Member States increasingly turn to the EU to seek solutions via cross-border dialogue and cooperation with and within the partner regions.

Regarding **asylum,** according to UNHCR, seven of the ten main countries of origin of asylum-seekers in the EU in 2004 were countries in the Eastern and South-Eastern regions neighbouring the EU, namely in the Western Balkans, the Middle East and Asia. This is compared to three countries in sub-Saharan Africa. Capacity to ensure proper asylum processing in many countries of these regions is weak. Even when refugees staying in the region enjoy legal security, the poor social and economic climate is a barrier to integration.

TABLE 1: Nationals of Eastern and South-Eastern countries neighbouring the EU and of Asiatic countries registered by EU-25

	As Legally residing (2004)	As Apprehended illegal migrants (2005)	As receivers of a visa (2005)	As asylum seekers (2005)
From South Caucasus	93,504	6,903	78,774	12,896
From Eastern Europe	536,658	41,211	2,039,952	9,322
From Western Balkans	2,502,906	83,173	838,174	25,890
From Turkey	2,456,186	9,749	532,177	10,746
From Russian Federation	485,053	13,844	2,833,392	18,143
TOTAL	**6,074,307**	**154,880**	**6,322,469**	**76,997**
From Asiatic countries[12]	2,002,589	58,518	1,447,382	62,975
TOTAL all groups above	**8,079,154**	**213,398**	**7,769,851**	**139,972**

TABLE 2: Number of illegal migrants apprehended by law enforcement agencies of Eastern and South-Eastern countries neighbouring the EU

	Year 2004	Year 2005
In South Caucasus	3,123	3,029
In Eastern Europe	10,104	13,748
In Western Balkans	6,919	8,234
In Turkey	61,228	57,428
TOTAL	**81,374**	**82,439**

Notes: Figures are Commission estimates based on the apprehension reports by ICMPD and other national sources Apprehended own nationals are in some cases included.

Data from Turkey includes apprehensions within the country. Source: ICMPD: 2005 Yearbook. Vienna 2006.

South Caucasus: no data was available for Armenia.

Western Balkans: For Albania for 2004 no data was available.

[12] 'Asiatic countries' includes here: Kazakhstan, Uzbekistan, Tajikistan, Turkmenistan, Kyrgyzstan, China, India, Pakistan, Bangladesh, Sri Lanka, Indonesia, Vietnam, Iran, Iraq and Afghanistan, Lebanon, Syria and Jordan.

Western NIS: For Belarus only the number of apprehended illegal migrants by MOI was available. For Moldova only the number of deported persons was available.

TABLE 3: Number of asylum seekers registered in Eastern and South Eastern countries neighbouring the EU- Year 2004

	Total asylum seekers
South Caucasus	1,431
Eastern Europe	2,189
Western Balkans	586
Turkey	3,908
TOTAL	**8,114**

Source: UNHCR Statistical yearbook 2004

TABLE 4: Stock of third country nationals from Eastern countries legally residing in the EU27

Nationals of Eastern and South-Eastern countries neighbouring the EU, including Russian Federation

Turkey	2456186
Serbia-Montenegro	839247
Albania	778748
Russian Federation	485053
Ukraine	451283
Bosnia and Herzegovina	352449
Croatia	338307
Former Yugoslav Republic of Macedonia	194155
Moldova	82011
Armenia	59381
Georgia	31166
Azerbaijan	2957
Belarus	3364
TOTAL	6074307

Nationals of Asiatic countries of transit and origin

China	405546
India	326592
Iraq	186505
Pakistan	170734
Sri Lanka	149329
Islamic Republic of Iran	131932
Vietnam	126862
Indonesia	124088

Bangladesh	113464
Afghanistan	92119
Lebanon	74227
Syria	54704
Jordan	17290
Uzbekistan	10313
Kirgizstan	9759
Kazakhstan	6257
Turkmenistan	1755
Tajikistan	1113
TOTAL nationals from Asiatic countries	2002589

Distribution of the stock of third country nationals living in the EU27

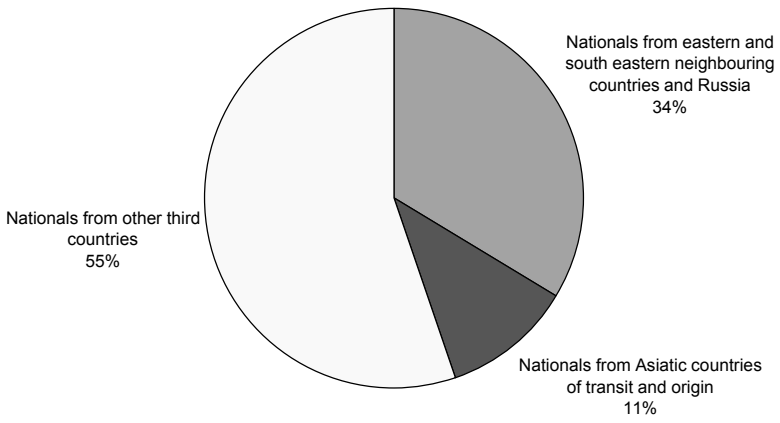

TABLE 5: Visa data

Group 1

Russia	2833392
Ukraine	1348162
Belarus	629849
Serbia and Montenegro	541244
Turkey	532177
Albania	136569
Bosnia and Herezegovina	128750
Moldova	61941
Georgia	40322
Armenia	21911
Croatia	17545
Azerbaijan	16541
Former Yugoslav Republic of Macedonia	14066
Total group 1	6322469

Group 2

China	592644
India	292861
Iran	104898
Kazakhstan	104166
Lebanon	74299
Indonesia	67931
Pakistan	40243
Syria	37708
Vietnam	35372

Jordan	31449
Sri Lanka	16984
Uzbekistan	12232
Bangladesh	11808
Kyrgizstan	8930
Iraq	6563
Turkmenistan	4033
Afghanistan	3526
Tajikistan	1735
TOTAL group 2	1447382

TOTAL group 1 + group 2	7769851
TOTAL visas issued worldwide	11709251
Percentage of visas issued in countries group 1	54%
Percentage of visas issued in countries group 2	12,30%

NB. Transit A visas not included. Data is for the year 2005.

Source: Visa data collection managed by Council secretariat and Commission

TABLE 6: Apprehended illegal aliens in EU25, 2004-2005

Group 1	**Nationals of Eastern and South-Eastern countries neighbouring the EU including Russian Federation**	
Country	**2004**	**2005**
Albania	36965	52388
Ukraine	29156	26791
Russia	17276	13844
Serbia Montenegro	6988	13058
Moldova	10710	11444
Turkey	9775	9749

Georgia	5627	4009
Former Yugoslav Republic of Macedonia	3532	3518
Belarus	2911	2976
Bosnia	2663	2483
Armenia	2142	1938
Croatia	1110	1151
Azerbaijan	1417	956
Total group 1	**134,597**	**154,880**

Group 2 **Nationals of Asiatic countries of origin and transit**

Country	**2004**	**2005**
Iraq	6861	14242
China	10715	10894
India	9168	9905
Pakistan	5151	6724
Iran	2858	4640
Bangladesh	3223	3551
Vietnam	2325	2338
Syria	1526	1728
Afghanistan	724	909
Lebanon	736	803
Sri Lanka	1101	745
Uzbekistan	517	642
Kazakhstan	616	587
Kirgyzstan	301	350

Jordan	161	212
Indonesia	147	114
Tajikistan	109	100
Turkmenistan	73	34
Total group 2	**46312**	**58518**

TOTAL groups 1 & 2	**180,909**	**213,398**
Total apprehended illegals in all countries in EU25	**390123**	**423378**
% from 2 above groups on global total	46.37%	50,40%

Source: Eurostat

NB – Order in the list follows 2005 ranking.

Missing data: Ireland, Luxembourg, UK

TABLE 7: Asylum applications and positive decisions in EU25, 2004-2005

Asylum applications and positive decisions in EU25, 2004-2005

Source: Eurostat

Group 1

	2004			2005		
Country	**Applications**	**Positive decisions**	**Ratio % between applications and positive decisions**	**Applications**	**Positive decisions**	**Ratio % between applications and positive decisions**
Serbia Montenegro	17432	1866	10,70	19475	1978	10,16
Russia	26373	7446	28,23	18143	8386	46,22
Turkey	13547	1611	11,89	10746	1453	13,52
Georgia	7452	189	2,54	6330	153	2,42
Moldova	5229	90	1,72	4506	75	1,66
Armenia	3682	193	5,24	3793	427	1,26
Bosnia	3955	1134	28,67	3183	875	27,49
Ukraine	4569	138	3,02	3077	118	3,83
Azerbaijan	3630	362	9,97	2773	714	25,75

Belarus	1931	165	8,54	1739	216	12,42
FYR of Macedonia	2000	38	1,90	1578	68	4,31
Albania	1882	214	11,37	1378	120	8,71
Croatia	456	17	3,73	276	26	9,42
Total group 1	**92138**	**13463**	**14,61**	**76997**	**14609**	**18,97**

	2004			**2005**		
Country	**Applications**	**Positive decisions**	**Ratio % between applications and positive decisions**	**Applications**	**Positive decisions**	**Ratio % between applications and positive decisions**
Iraq	7910	2705	34,20	10805	4260	39,43
China	11445	305	2,66	7765	345	4,44
Iran	8760	1560	17,81	7485	1920	25,65
Pakistan	8940	360	4,03	6810	440	6,46
Afghanistan	7135	2610	36,58	6765	2420	35,77
India	9710	35	0,36	5795	45	0,78
Bangladesh	5535	340	6,14	4220	225	5,33
Sri Lanka	3600	480	13,33	3890	275	7,07

Syria	2910	440	15,12	3695	730	19,76
Vietnam	3340	285	8,53	2400	180	7,50
Lebanon	1200	45	3,75	1320	130	9,85
Uzbekistan	590	100	16,95	725	180	24,83
Kazakhstan	590	85	14,41	435	85	19,54
Kirgyzstan	510	45	8,82	390	90	23,08
Jordan	230	15	6,52	255	25	9,80
Tajikistan	130	25	19,23	95	10	10,53
Indonesia	75	5	6,67	70	0	0,00
Turkmenistan	115	30	26,09	55	15	27,27
Total Group 2	**72725**	**9470**	**13,02**	**62975**	**11375**	**18,06**

	2004			**2005**		
	Applications	**Positive decisions**	**% Positive decisions**	**Applications**	**Positive decisions**	**% Positive decisions**
TOTAL all groups	164863	22933	13,91	139972	25984	18,56
Total asylum applications/decisions from all countries in	282480	62986		237840	73068	

EU25						
Percentage from 2 above groups on global total	58,36%	36,40%		58,85%	35,56%	

N.B. Order on the list follows order of importance of applications in 2005

The ratio between applications and positive decisions is not a recognition rate

Remarks:

Data rounded up to the nearest 5.

2004 - no applications data disaggregated by citizenship available for IT

2004 - no decisions data available for IT

2004, 2005 - no decisions data available for LU